

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

LINDIÓGENES FERREIRA LOPES

**A ASSEMBLEIA DE DEUS E A POLÍTICA NO ESTADO DE GOIÁS (1980-
2010)**

Goiânia

2015

LINDIOGENES FERREIRA LOPES

**A ASSEMBLEIA DE DEUS E A POLÍTICA NO ESTADO DE GOIÁS (1980-
2010)**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Orientadora: Dr. Alberto da Silva Moreira.

GOIÂNIA

2015

L864a Lopes, Lindiógenes Ferreira

A Assembleia de Deus e a Política no Estado de Goiás
(1980-2010) [manuscrito] / Lindiógenes Ferreira Lopes.--
2015.

112 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação STRICTO
SENSU em Ciências da Religião, Goiânia, 2015


Inclui referências, f. 97-100

1. Assembléia de Deus - Goiás (Estado). 2. Pentecostalismo
- Aspectos políticos. I. Moreira, Alberto da Silva.
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III.
Título.

CDU: Ed. 2007 -- 279.153(043)

**A ASSEMBLEIA DE DEUS E A POLÍTICA NO ESTADO DE
GOIÁS (1980-2010)**

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 31 DE MARÇO DE 2016 E APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA



Dr. Alberto da Silva Moreira / PUC Goiás
(Presidente)

Dr. Saulo de Tarso Cerqueira Baptista / UEPA
(Membro)



Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás
(Membro)

Dr. Flávio Munhoz Sofiati / UFG
(Suplente)

Dedico este trabalho a
minha filha Sophia Rodrigues
Lopes, que mesmo tão ingênua,
faz liberar meus sinceros
sorrisos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Dinomedes Mariano e Isaura Ferreira que sempre perseveraram no incentivo à continuidade do aprendizado.

À minha filha Sophia que, mesmo sem entender, me incentiva a continuar caminhando.

À Kérita Thark que, nos momentos da minha ausência, foi cuidadosa como mãe e compreensiva.

Aos meus amigos "New Life", que mesmo distante, sempre serviram como fontes de inspiração e perseverança.

Aos meus tios, Enoque Vieira, Valdirene e seus filhos, pelo acolhimento em sua residência durante esses dois últimos anos.

À UniRv que sempre me serviu com disponibilidade de tempo e compreensão para a realização desta trabalho.

Ao meu orientador, Dr. Alberto da Silva Moreira que, em simplicidade e autenticidade, me acolheu como seu orientando. Minha eterna gratidão.

Aos pastores das igrejas assembleias que, respeitosamente, me receberam com respeito e cordialidade. Aos parlamentares que disponibilizaram seu tempo para entrevistas.

Aos membros da banca de defesa, Dra. Carolina Teles Lemos e Dr. Saulo de Tarso Cerqueira Baptista.

À coordenadora do PPGCR, Dra Irene Dias pelo acolhimento e amor. Aos professores e professoras do PPGCR pelos inesquecíveis momentos de aprendizado. Ao Geovani por todo cuidado e atenção.

A Capes pelo financiamento do meu curso.

“O campo político é um campo de produção simbólica em que os agentes estão em luta a fim de por suas categorias de visão e divisão do mundo social.”

Pierre Bourdieu

RESUMO

FERREIRA , Lindiógenes Ferreira. A Assembleia de Deus e a política no Estado de Goiás (1980-2010). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

Este trabalho disposto, enquanto objeto das Ciências da Religião com destaque em Sociologia, propõe a apresentar as igrejas Assembleias de Deus e seus aspectos de inserção na política partidária no Estado de Goiás, com recorte histórico de 1980 a 2010. Para isso, contou com a contribuição significativa dos aparatos teóricos sobre dominação de Max Weber e o poder simbólico em Pierre Bourdieu, propondo como essas articulações se estabelecem no cenário religioso, principalmente no que tange às atividades político-religiosas. Em continuidade ao texto, é fracionado em três grandes momentos da pesquisa que propõe a história do movimento pentecostal e conseqüentemente, como este fenômeno ganha força no território brasileiro até conseguir espaço de atuação na arena política. Em continuidade, o objeto de pesquisa entra em cena, traçando os dados históricos das Assembleias de Deus no Brasil e no Estado de Goiás, como também suas formas e estratégias administrativas. A análise dá continuidade no terceiro momento onde é apresentado especificamente a política partidária nas ADs, priorizando a ação da liderança da igreja relacionada a política em solo goiano, tendo como prioridade as três décadas traçadas pela temática, desde o primeiro momento de acesso das ADs na política, passando pela mudança do comportamento do pentecostal assembleiano sobre tais práticas até a conquista definitiva do campo político. O objetivo deste trabalho foi perceber como a igreja Assembleia de Deus, direcionada pelos seus líderes influentes, migra do anonimato para o protagonismo político, sendo, portanto, decisiva em qualquer período eleitoral.

Palavras-chave: Assembleia de Deus, Pentecostalismo, Poder religioso, Política.

ABSTRACT

FERREIRA, Lindiógenes Ferreira. The Assembly of God and politics in the state of Goiás (1980-2010) . Master Thesis (Graduate Program in Religious Sciences) - Catholic University of Goiás, in 2015 .

This provision tralhado, as an object of religious studies with emphasis in Sociology, aims to present the church the Assemblies of God and their insertion aspects of party politics in the state of Goiás, with historical period from 1980 to 2010. For that, had the significant contribution of the theoretical apparatus of domination of Max Weber and the symbolic power Pierre Bourdieu, proposing as these joints are established in the religious landscape, especially with regard to political and religious activities. Continuing the text is split into three main moments of the research proposes the history of the Pentecostal movement and consequently how this phenomenon gaining strength in Brazil to achieve performance space in the political arena. Continuing the research object enters the picture, tracing the historical data of the Assemblies of God in Brazil and in the State of Goiás, as well as its forms and administrative strategies. The analysis continues in the third moment is specifically presented to party politics in the ADs, prioritizing the action of leadership related church policy goiano ground, prioritizing the three decades drawn the theme, from the first moment of access ADs in policy, through changing assembleiano pentecostal behavior on such practices to the final conquest of the political field. The aim of this study was to understand how the Assembly of God church, directed by its influential leaders, migrates from anonymity to the political leadership, it is therefore decisive in any elections.

Keywords: Assembly of God, Pentecostalism, religious Power, Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE RELIGIÃO: O sagrado em oposição ao profano.....	16
1.2 MAX WEBER E A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA.....	16
1.3 PIERRE BOURDIEU E O CAMPO DE PODER E DE DOMINAÇÃO.....	18
1.4 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O PENTECOSTALISMO.	22
1.4.1 Pentecostalismo no Brasil: Abordagens histórico-sociológicas.....	23
1.4.2 As três classificações do movimento pentecostal.....	24
1.4.3 Uma discussão inicial: Uma “possível” Quarta Onda.....	25
1.5 PENTECOSTAIS E POLÍTICA NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS PENTECOSTAIS BRASILEIROS.....	26
1.5.1 A crise do Regime Militar como momento oportuno de inserção dos pentecostais na política.....	27
1.5.2 As igrejas pentecostais e a Política no Brasil (1980-2010)	30
2 ASSEMBLEIA DE DEUS: UMA RETROSPECTIVA SOBRE A GÊNESE E FUNCIONAMENTO DE UMA IGREJA PENTECOSTAL.	33
2.1. A ORIGEM DO PENTECOSTALISMO EM GOIÁS	36
2.1.1 Assembleia de Deus no Estado de Goiás: uma igreja de trabalhadores imigrantes.....	37
7	
2.1.1.1 Uma nova igreja para uma nova Capital.....	39
2.1.2 O Operário transformado em Missionário: O caso do irmão Moreira....	40
2.1.3 Um operário missionário ou missionário operário? Contradições históricas sobre o “irmão Moreira”	41
2.1.4 O primeiro templo das ADs em Goiás: “ Deus nos concedeu um terreno”	43
2.2 CONVENÇÕES, MINISTÉRIOS E PODER POLÍTICO: Construção da identidade ministerial assembleiana em Goiás	44
2.2.1 Autonomia e Cisões ministeriais das ADs no Estado de Goiás.....	47
2.2.2 Rompimento e a Criação do CIAD – Convenção da Igreja Assembleia de Deus de Anápolis.....	48
3 A IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS E A POLÍTICA NO ESTADO DE GOIÁS (1982- 2010).....	50
3.1 A LIDERANÇA ECLESIASTICA DAS ADS INFLUENTE NA POLÍTICA GOIANA.....	50

3.1.1 O poder simbólico e os líderes das Ads em Goiás: O candidato da convenção é o candidato "oficial" da igreja.....	52
3.1.2 O poder das ADs na política goiana.....	63
3.2 ATUAÇÃO POLÍTICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS EM GOIÁS.....	64
3.2.1 A primeira fase do envolvimento das ADs na política goiana (1982-1990).....	65
3.2.1.1 O surgimento da FPE: Frente Parlamentar Evangélica ou Bancada Evangélica.....	68
3.2.1.2 Assembleia Nacional Constituinte (1988): "Uma porta se abriu para nós".....	70
3.2.2 A segunda fase do envolvimento dos evangélicos na política goiana - o processo de (re) significação (1990-1998).....	73
3.2.2.1 De "crente não se mete em política" para "irmão vota em irmão..."	76
3.2.2.2 A teologia política e a política teológica: Justificativas sobre a inserção dos assembleianos na política.....	81
3.2.3 A terceira da fase do envolvimento dos evangélicos na política goiana - a conquista definitiva na política em goiás (1998-2010).....	85
3.2.3.1 A "divina política" das Assembleias de Deus em Goiás.....	86
3.2.3.2 A prioridade política dos atores religiosos.....	91
CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS.....	97
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

Religião e política não se discutem. De tanto ouvir essa afirmativa repetitivamente, já não é novidade para ninguém, e de certa forma, a maioria das pessoas, tenta evitar possíveis discussões sobre a temática. Em primeiro lugar, um dos entraves que se apresentam com maior propriedade é a ideia de que falar de Religião, seja ela qual for, é tocar no aspecto que Mircea Eliade classificaria como *O Sagrado* que, para aquele que crê é intocável, e portanto, não digno de dúvidas ou repreensões. Por se tratar do campo religioso como ambiente sagrado, o tema proposto desta pesquisa é A Assembleia de Deus e a Política no Estado de Goiás. A pesquisa percorre três décadas específicas, caracterizadas de 1980 a 2010 e como faz parte da escolha o Estado de Goiás, faz se uso das palavras de Carolina Teles Lemos, onde afirma que:

Apresentar um olhar analítico sobre o panorama religioso da região Centro Oeste não constitui uma tarefa fácil. Isto por ser tão grande a riqueza de formas em que o fenômeno religioso aqui se manifesta, indo desde as históricas festas das irmandades e cavalcadas, passando por diversas formas de vivências religiosas não institucionais (benzeduras, promessas, novenas, votos...), e pelas formas mais antigas e mais recentes de religiões institucionalizadas do tipo igreja (evangélicas históricas, catolicismo, pentecostais e neopentecostais) e indo até as recentes expressões religiosas de tipo nova era (LEMOS, 2012, p. 127).

A escolha do objeto de pesquisa se justifica por se tratar de uma igreja centenária e por ser a maior representante do pentecostalismo brasileiro. As Assembleias de Deus tornou-se uma igreja representativa e que por se tratar de uma igreja histórica apresenta várias transformações que servem como análise. As Assembleias de Deus que a partir deste instante vou abreviá-la como as *ADs* utilizando, conforme Gedeon de Alencar (2013), que afirma que as igrejas Assembleias de Deus no Brasil, mesmo tendo o mesmo nome são plurais e diversificadas na forma de se comportar.

O itinerário desta pesquisa é apresentado metodologicamente a partir de alguns referenciais teóricos da Sociologia da Religião que propõe, no decorrer da pesquisa, problematizar a inserção das ADs na arena política no Estado de Goiás, relacionando atores e agentes dentro dos aspectos sociológicos.

Este trabalho, uma vez apresentadas as hipóteses, serviu para elucidar a íntima relação entre cultura política e as práticas dos pentecostais. Posteriormente, a pesquisa oferece o caminho investigativo a partir da criação de teorias e hipóteses que são retirados do trabalho empírico, resultante de entrevistas e questionários levantados.

Não existe uma única identidade religiosa que possa definir categoricamente a imagem das ADs. A Assembleia de Deus é uma em nomenclatura, porém muitas na realidade, compondo uma gama de faces dignas de investigações. Por isso nos Estados Unidos e em outros países a sigla se refere no plural às Assemblies of God.

Conforme afirma Alencar (2013), as mudanças dentro das Assembleias de Deus, como em qualquer outra instituição religiosa, são significativas e fundamentais para se compreender a posição da denominação dentro da realidade brasileira. Nascendo em Belém do Pará, as ADs se expande para todo o Brasil, demarcando o campo religioso com um jeito próprio de ser e fazer igreja.

Esta pesquisa está organizada em três partes distintas que acompanham o imaginário assembleiano e sua história e conseqüentemente, sua proximidade com o campo político. Na primeira parte é apresentada algumas teorias que servem para interpretar o fenômeno religioso e sua íntima ligação com a política. Na segunda parte apresento a história das ADs e as estruturas ministeriais e na terceira parte a discussão sobre a política partidária e a relação com as ADs no Estado de Goiás.

A proposta inicial no primeiro momento é apresentar algumas abordagens teóricas sobre religião. A prioridade nesta parte são a exposição dos dois teóricos fundamentais para interpretar as linguagens religiosas, a

saber, Max Weber com o campo de dominação e Pierre Bourdieu com o poder simbólico.

Posteriormente, traça o histórico do pentecostalismo, perpassando sua história na Inglaterra e posteriormente nos Estados Unidos e os caminhos tomados para que chegasse ao Brasil. Desenvolve-se um breve histórico sobre o movimento pentecostal no Brasil, em específico, as ADs e as formas como este fenômeno começou a ganhar espaço no campo religioso, e posteriormente nos espaços políticos.

Neste capítulo, ainda que introdutório, apresenta a Assembleia de Deus em Goiás até o começo do período coberto pela pesquisa, que vai de 1980 a 2010. No segundo capítulo, abordo as três últimas décadas, pontuando a força e a presença da Convenção e os principais campos ministeriais organizados por região, e sua atuação no espaço político, saindo do anonimato e tornando-se uma das mais destacadas forças políticas atuantes no estado de Goiás, problematizando o motivo pelo qual, conforme Saulo Baptista (2007, p. 29), “as Assembleias de Deus havia mudado, radicalmente, quanto a sua visão e prática acerca da participação de lideranças religiosas na política”, e como essa mudança torna significativa para a compreensão do comportamento dos evangélicos.

Neste segundo momento apresento a gênese da denominação pentecostal aqui investigada, e as formas de manutenção desta igreja, como também seu funcionamento, percorrendo pela história das ADs até que se chegasse em Goiás, classificando em território goiano, as estruturas de poder como ministérios, convenções e poder político partidário, sendo ativo no movimento evangélico, em específico, das ADs que, como afirma Correa (2013, p. 145), essas estruturas de poder funcionam como “pólo de união, via pastores, evangelistas, presbíteros e diáconos”, fornecendo ao corpo eclesial, a capacidade de se fortalecer, como uma rede de coletividade.

Dessa forma, a partir do que foi exposto nos capítulos primeiro e segundo, segue a terceira parte bem mais específica, relacionada diretamente nos assuntos de prioridade da pesquisa que é necessariamente a atividade

política nas ADs. A política é apresentada aqui como a 'política partidária'¹. Não há intenção de ampliar o conceito de política, pois o que está em evidência neste trabalho é a atuação da AD como agente político e seus jogos estratégicos de poder no campo religioso.

O terceiro capítulo apresenta em três momentos, ou seja, nas três últimas décadas, a íntima relação das Ad com a política partidária no Estado de Goiás. A pesquisa salienta a década de oitenta como o primeiro momento significativo de inserção da AD na política em Goiás; na década de 90, a igreja passa por um processo de transformação dos sentidos e significados da atividade política coma a religiosa. E por último, a terceira década que mostra a capacidade decisiva das ADs e suas lideranças de influir em momentos chave na política em Goiás.

Uma das contribuições particulares dessa pesquisa se dá pelo fato de proporcionar um horizonte particular de interpretação de como a inserção de uma igreja pentecostal no espaço público se dá pelo caminho político partidário de forma crescente e aparentemente ingênuo. Só aparentemente, pois essa presença se dá, as extensões dos jogos de interesses vão bem além do que o discurso dos pastores assembleianos usam como justificativa.

A proposta investigativa dessa pesquisa é demonstrar a dialética conflitual existente entre esses dois campos, a saber, religião e política. A pesquisa mostra que é possível encontrar múltiplas e inusitadas formas de negociação e ajuste da plataforma religiosa e teológica de uma igreja com suas ambições políticas de poder.

¹ Entende se por política nesta pesquisa a ideia da política pública direcionada nas formas partidárias que influenciam decididamente nas ações dos agentes sociais. O conceito de política trabalhado está baseado no que Anthony Giddens (2012, p. 699), define como "os meios pelos quais o poder é usado para afetar o alcance e o conteúdo das atividades governamentais."

1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE RELIGIÃO: O sagrado em oposição ao profano.

Uma das grandes afirmativas apresentadas pelos teóricos que investigam o fenômeno religioso é que duas coisas não se misturam, a saber, o Sagrado e o Profano. São dois pólos distintos e que não fazem parte, da mesma dimensão. A obra de Rudolf Otto (2007) 'O Sagrado' publicada pela primeira vez em 1917 é pioneira nessa questão. Segundo o esquema de Otto as atividades das ADs deveriam ser classificadas como o campo sagrado. A política era inicialmente compreendida como algo profano, digno portanto, de recusa e exclusão. No entanto, essa atividade sai do campo profano, exercendo sobre os indivíduos, um poder sacralizado.

Rudolf Otto (2007) afirma que a religião sempre incentivou o despertar do sagrado no ser humano, caracterizado por particularidades como temor, tremor, medo e etc. O Sagrado é aquilo que permite observar e perceber como os sentimentos vão tomando forma e força nas mais diversas expressões religiosas.

Outra perspectiva em relação ao sagrado foi apresentado pelo historiador Mircea Eliade. Em seu livro 'O Sagrado e o Profano' ele afirma que o sagrado se mostra ao indivíduo. Eliade (1992, p. 17), afirma que "o homem toma conhecimento do sagrado porque ele se manifesta". Essa manifestação do sagrado é que faz o estudo sobre o fenômeno religioso se tornar tão instigante.

1.2 MAX WEBER E A DOMINAÇÃO CARISMÁTICA.

Algumas teorias no campo sociológico tornaram, devido à capacidade de transcrever a experiência religiosa, referenciais para as abordagens na sociologia da religião na atualidade. Um deles que é apresentado aqui neste trabalho.

Nestas abordagens, é tomado aqui como exemplo, dois textos chaves para a investigação da sociologia da religião. O primeiro é de Max Weber no livro "Economia e Sociedade", onde ele desenvolve o conceito de Dominação.

Para Weber (2012, p. 33) "dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis". Nesta forma, há uma distinção categórica que o autor constrói, separando a compreensão do que vem a ser poder, que, segundo Weber, em linhas gerais é "a capacidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências".

Pensando assim, Max Weber apresenta a ideia de que a dominação, parte da proposta de que existe uma capacidade de criar estratégias de negociação nas relações sociais, criando caminhos e características particulares para solucionar problemas criados no convívio social.

Entre os tipos de dominação, especificamente, é priorizo aqui a "dominação carismática", para tentar compreender como se estabelecem as estratégias de relações de poder entre as pessoas do movimento pentecostal, e específico, nas ADs, e como estas formas de negociação vão sendo estabelecidas no decorrer do tempo.

Na perspectiva de Weber (2012, p. 141), priorizo aqui o tipo de dominação carismática é "baseado na veneração extra cotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar" estabelecida a partir das relações entre as pessoas, não dependendo, necessariamente, das estruturas de poder para tornar-se existente.

A liderança carismática, como o próprio Weber afirma, precisa ser necessariamente percebida na perspectiva dos "adeptos". A forma como os adeptos correspondem aos reflexos do portador do carisma, é fundamental para compreender como os relacionamentos sociais se organizam.

A dominação carismática encontra sentido quando o líder carismático, segundo Weber (2012, p. 160), "vale, isto é, encontra confiança". Essa característica que faz da dominação carismática algo legítimo, possibilitando a

ela criar métodos de manutenção do poder religioso e se estende como é o caso da religião à política, aos outros campos sociais.

Os pastores presidentes e pastores de igreja local nas Ads só conseguem manter sua capacidade de convencimento, por que seu discurso ainda serve a ponto de atingir os adeptos, criando confiabilidade e segurança naquilo que propõe. Pontuando a criação de uma dominação carismática, Weber salienta que:

é sempre resultado de situações extraordinárias externas, especialmente políticas ou econômicas, ou internas, psíquicas, particularmente religiosas ou de ambas em conjunto[...] por parte daqueles para os quais ele se sente enviado (WEBER, 2012, p. 331).

1.3 PIERRE BOURDIEU E O CAMPO DE PODER E DE DOMINAÇÃO.

Outro autor importante para nosso estudo é Pierre Bourdieu em seu livro *'Economia das trocas simbólicas'* que ele desenvolve a ideia criada por Max Weber da "domesticação dos dominados". As relações do poder religioso se apresentam são, conforme Bourdieu (1974, p. 88), como "um meio inigualável de domesticação", onde o adepto não se percebe dominado e sim parte contribuinte da força da igreja.

A escolha por trabalhar com alguns conceitos de Weber e de Bourdieu se deu justamente pela capacidade de interações com outros como a política nos campos sociais. Há uma preocupação nesses autores em caracterizar a relevância dos aparatos religiosos para a compreensão do dinamismo sociológico, rompendo assim, com alguns pensadores clássicos, tanto da filosofia como da sociologia. E este, conforme Carvalho (2006, p. 87), "é o grande mérito da análise de Bourdieu" que é a capacidade de conseguir reinterpretar, buscando novos entendimentos das relações sociais.

No movimento pentecostal, explicitamente quando se trata do relacionamento entre poder religioso e do poder político, essa capacidade de domesticação se apresenta com muita propriedade.

A tentativa desta pesquisa é compreender como as formas de dominação se estabelecem, e se manifestam nos espaços sociais, e em especificamente, nas ADs e na sua atuação política.

É importante salientar que as relações de dominação não se estabelecem apenas no campo religioso. Em qualquer ambiente social, esta característica se faz e refaz a todo momento, criando possibilidades de controle e regulação dos comportamentos individuais.

Quando se trata do envolvimento das ADs na política goiana, esta proposta se firma com muita propriedade, pois, por parte dos adeptos evangélicos, não há nenhum tipo de resistência no apoio a candidatos evangélicos na política. Nesse sentido, conforme Bourdieu (1974, p. 88) existe “um monopólio de poder” nas relações entre ordem religiosa e ordem política.

Nesse sentido, a legitimidade religiosa, constrói, com muita propriedade, a capacidade de, segundo Bourdieu (1974, p. 97) “estabelecer o que tem e o que não tem valor sagrado”, principalmente para delimitar em que momento e quais os lugares, podem se estabelecer como sagrado.

No caso do engajamento político, o que antes não mostrava nenhuma propriedade religiosa ou sagrada, agora, é percebido como oportunidade de implantação da mensagem manifestada pelo pensamento pentecostal.

Não é nossa proposta afirmar que as ADs em Goiás, fazem da política algo sagrado. A tentativa é perceber que a igreja vê nesse caminho político-partidário, uma possibilidade de ligar as forças de poder, delimitando até onde a capacidade religiosa pode ser estabelecida.

Pierre Bordieu, citando a proposta de Max Weber sobre a capacidade de dominação do campo religioso nos demais ambientes sociais, afirma que há uma:

comunicação entre a mensagem religiosa e os receptores cujos quadros são amiúde renovados e profundamente diferentes dos destinatários originais, tanto em seus interesses religiosos como em sua visão de mundo (BOURDIEU, 1974, p. 97).

A proposta religiosa conforme Pierre Bourdieu enquanto oferta simbólica é oferecer a capacidade de construir as bases sociais e políticas da experiência religiosa. É proposta da religião, se abrir-se as negociações ideológicas e, a partir delas oferecer múltiplos significados.

No caso das atividades políticas das ADs em Goiás, isso se apresenta como um tipo de legitimidade, principalmente quando se trata do discurso sobre eleger candidatos da igreja. Parte da própria instituição e da liderança, criar formas de associar os projetos e atividades essencialmente particulares ao poder e capacidade política de solucioná-las.

Como afirma Bourdieu (1974, p. 49), tomando formas de pensamento de Weber, “as teodicéias são sempre sociodicéias”, afirmando que as ações e práticas religiosas são sempre de interesses sociais. Por mais que o discurso esteja voltado para a atividade religiosa, a intenção é social, ou seja, tem um interesse particular dos agentes religiosos.

O processo de inserção do pensamento de Pierre Bourdieu surge da iniciativa em tentar perceber os jogos simbólicos em que os movimentos religiosos vão se formando. Nesse processo de legitimidade prática, todas as formas que a religião cria para se perceber ativa nos processos organizacionais e institucionais tem uma valorização, essencialmente, simbólica e, portanto, significativa para a compreensão das articulações, em específico, das Ads em solo goiano.

Tratar de religião e política é um tanto delicado, pois, o campo religioso detém em suas formas, estruturas simbólicas carregadas de sentidos, pois conforme afirma Bourdieu (1974, p. 28), é crucial situar-se “no ponto de vista de onde se torna possível perceber, ao mesmo tempo, o que pode e o que não pode ser percebido a partir de cada um dos pontos de vista”.

O poder simbólico se apresenta no campo religioso como um poder invisível, cuja capacidade está no processo de convencimento. A capacidade do poder simbólico no campo religioso é de criar sujeição e entrega as forças da expressão religiosa.

Partindo da premissa de que a análise é sociológica, é crucial pontuar que, conforme afirma Berger (1986, p. 37), “a sociologia é um tipo de consciência moderna”. Vale notar que faz parte da presente proposta sociológica, perceber as ADs não apenas como objeto de investigação histórica, mas, portanto, como espaço de investigação, observando este objeto de pesquisa, tentativa de extrair dele, informações dignas de ciência.

Pensando as ADs e suas estratégias políticas e as base de dominação simbólica, pode-se afirmar que a nossa prioridade é tentar entender a atuação do candidato da igreja na política e quais os projetos que esse candidato apresenta para a sociedade. Não há, pelo menos por parte dos membros da igreja, um interesse em estar por dentro das lógicas de pensamento político. Mas, a sujeição à liderança e seus discursos convincentes, falam bem mais do que a consciência dos eleitores. Essa força de poder das lideranças sobre seus adeptos fiéis, como afirma Bourdieu (2011), não é perceptível aos olhos mais está presente em cada momento nos comportamentos religiosos.

Pierre Bourdieu (2011, p. 10) ainda afirma quando pontuando acerca das estruturas simbólicas como a religião, arte e língua, que “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social”. Sendo assim, eles cumprem, em suma, um fator essencialmente prioritário, que é, para Bourdieu (1974, p. 88), “modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos”.

Não é possível afirmar que todos os membros das Ads se conformam com a atividade religiosa ligada à atividade política, mas é possível dizer, que o discurso consegue convencer, com muita propriedade, a forma de ver essa inserção. Depois do trabalho de convencimento, de dominação simbólica, não é visto mais como inverso a “vontade de Deus” mas, como uma das “prioridade de Deus”. Afinal, como se afirma com frequência nas ADs, é importante que se tenha homens íntegros no poder.

O constante interesse pela busca do poder político aparece com propriedade nas Assembleias de Deus nas eleições em Goiás. Mesmo sendo uma integrante tradicional do movimento pentecostal, ela rompe com as compreensões tradicionais sobre o envolvimento e propostas políticas,

ignorando seu próprio discurso que anteriormente foi sectário, e abraça com muita propriedade, o desejo e o anseio de se impor sobre os adeptos em relação a escolha dos candidatos.

Em sua análise do campo religioso, o sociólogo Bourdieu (1974 p. 32), compreendendo as prerrogativas de Max Weber, afirma que “a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem”. A AD portanto, enquanto detentora deste poder, por meio dos interesses e expressões religiosas, tem a capacidade de “domesticação dos dominados”.

Afirmando as características do poder simbólico, Bourdieu (2011, p. 08), afirma que ele é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Essa capacidade de controlar as ações dos indivíduos na religião em relação à política, não aparece nas formas estruturais, e sim nos discursos dos líderes religiosos, onde a justificativa se mantém a partir dos interesses particulares.

1.4 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O PENTECOSTALISMO.

O movimento pentecostal como expressão religiosa fortalece a tentativa em compreender a sociedade, pois como afirma Marcel Mauss (1974, p. 181), “atrás de todo fato social, há história, há tradição, há linguagem e hábitos”. O pentecostalismo e em específico as ADs, também são carregadas de formas e fatos que precisam ser analisadas.

Remontar a história geral do movimento pentecostal² é um desafio porque a natureza do pentecostalismo resgata algumas caracterizações e manifestações de fé que iniciam no século XVIII na Inglaterra, e em segundo lugar, tomando as palavras de MARIANO; MOREIRA (2015, p. 47), “A América Latina é a região em que o Pentecostalismo mais cresce no mundo”, o que faz

² O Movimento Pentecostal é traçado de 1911 a 1950 como pentecostalismo clássico. A partir de 1950 até 1970 é a segunda fase onde alguns modelos e práticas pentecostais vão perdendo características do pentecostalismo tradicional. A partir de 1970, Ricardo Mariano classifica como a fase de um novo pentecostalismo com um novo rosto.

dessa expressão religiosa, um fenômeno religioso, digno de observação científica.

Este movimento religioso começa apresentar a necessidade de outros meios de propagação da mensagem do evangelho. De formação religiosa anglicana, um homem chamado John Wesley dá novos olhares à fé cristã e o denomina de movimento metodista. Correa (2013) esclarece o início do movimento pentecostal como um movimento moderno e revolucionário no cenário religioso.

A partir desse momento, nos Estados Unidos no começo do século XX, sintetizando a história deste fenômeno, Cesar; Shaull (1999) afirma que em nos Estados Unidos 1901 mais precisamente em Kansas, esse novo fenômeno começa a ser percebido como movimento de santidade. Com a capacidade de incomodar os métodos utilizados pelas igrejas históricas, o pentecostalismo nasce polêmico e revolucionário. Revolucionário no sentido de trazer uma nova roupagem às formas e expressões de fé. Baseado nas formulações teológicas sobre o Espírito Santo e o falar em outras línguas, um negro chamado Willian Seymour em Los Angeles se sente chamado por Deus para propagar um novo perfil de promover a intimidade com Deus.

1.4.1 Pentecostalismo no Brasil: Abordagens histórico-sociológicas.

A religião, conforme afirma Bourdieu (2011) é uma linguagem, uma expressão que pode ser percebida e analisada pelo viés sociológico, extraíndo o máximo das perspectivas do que vem a ser a religião. É impossível falar de movimento religioso no Brasil sem mencionar o movimento pentecostal. Como afirma Waldo Cesar e Richard Shaull (1999), o movimento religioso parece renovar seu poder, multiplicando-se em incontáveis grupos e facções em todo país.

Este é, sem dúvida, o movimento de maior expressividade no ambiente religioso atual, e que permite novos olhares teológicos, sociológicos e históricos sobre as perspectivas religiosas e sobretudo, conforme afirma Lemos (2012), para se analisar um campo religioso específico é necessário perceber a influencia da expressão religiosa nas relações sociais.

Tempos atrás, falar de evangélicos no Brasil significava tratar de igrejas sem presença pública e expressividade no cenário religioso. Esta realidade não se sustenta mais, até por que, em se tratando de expansão:

Hoje, tornou-se comum a afirmação de que os evangélicos, e especialmente os pentecostais,[...] representam, em função de sua expansão e visibilidade, o mais significativo fenômeno religioso da sociedade brasileira (GIUMBELLI, 2000, p. 87)

Entre exclusão social e ascensão político religiosa, a história do movimento tem muito a apresentar, possibilitando novas e novas interpretações. Reforçando a função da história Michel De Certeau (2000) afirma que é necessário compreender história, tornando a pensável.

O fato é que o interesse em conhecer a história dos fenômenos religiosos tem se tornado, entre os historiadores, cada vez mais frequente. Uma questão a salientar e que se apresenta como uma proposta produtiva é que há maior critério na investigação da religião. Nesse sentido, surgem:

Não mais historiadores influenciados pela velha história eclesiástica, mas sim historiadores que buscam analisar a religião em suas relações com a cultura e a sociedade, numa perspectiva reflexiva e crítica, o que equivale dizer: teoricamente fundamentado, não confessional e sem quaisquer aspirações de natureza proselitista (ROCHA, 2012, p. 15).

O pentecostalismo tem ganhado espaço também dentro dos ambientes acadêmicos. Segundo Alencar (2005, p. 48), apresenta que “o pentecostalismo é o mais importante fenômeno religioso do século”.

1.4.2 As três classificações do movimento pentecostal.

Há várias periodizações³ disponíveis que tratam acerca do movimento. Assumo aqui dois textos que desenvolvem especificamente as características do pentecostalismo em geral. A primeira diz respeito à posição do sociólogo Paul Freston, que classifica o movimento pentecostal em ondas. A escolha se

³ A primeira periodização é a análise de Freston onde está como foco os novos atores do protestantismo e a sua política. Esse texto é resultado da tese de Doutorado em 1993 com o tema “*Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*”. A segunda é a de Ricardo Mariano editada no ano de 2005 com o tema “*Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*”.

dá pelo fato do autor distanciar, como bastante propriedade, as formas de manifestações e prioridades teológicas e sociais em cada fase deste movimento, desde a radicalização das primeiras igrejas até a flexibilização das igrejas mais recentes.

Num segundo momento, temos o texto de Ricardo Mariano, professor de Sociologia pela Universidade de São Paulo. A opção em utilizar Mariano é justamente pela capacidade de fazer uma releitura sobre a posição de Freston, criando o marco da ruptura do pentecostalismo tradicional para o novo rosto do pentecostalismo moderno. Mariano afirma que esse movimento rompeu radicalmente com as expressões de se fazer e ser religião, soterrando as possibilidades de sobrevivência das expressões radicais e sectárias trazidas pelo primeiro momento dos pentecostais.

Em 1993, como defesa de doutorado, o sociólogo Paul Freston, analisando o protestantismo e a inserção política, escreve a tese com o tema “Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment”.

Neste texto, o escritor pontua o que se tornou marco categórico para a análise da história do pentecostalismo no Brasil, dividindo o movimento pentecostal em três vertentes⁴, que ele chama de:

três ondas de implantação de igrejas. A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911). Estas duas igrejas tem o campo para si durante 40 anos.[...] A segunda onda é dos anos 50 e início de 60 da qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza[...] A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80 (FREESTON, 2003, p. 66).

1.4.3 Uma discussão inicial: Uma “possível” Quarta Onda.

Ainda que esta discussão permaneça nesta pesquisa apenas como panorama, analisar o quadro social do público pentecostal pode esclarecer a possibilidade de se discutir uma nova fase do movimento na atualidade.

⁴ O professor da PUC-RJ Jesus Hortal (1994) adota o termo “gerações”, diferentemente de Paul Freston que classifica o fenômeno religioso como ondas.

O sistema econômico religioso mudado, propõe, necessariamente, um novo olhar para os evangélicos no Brasil. A partir de 1990, a nova classe média aparece no cenário brasileiro, e conforme Passos (2012), afirma que, na tentativa de se encaixar sócio e economicamente, a nova classe média assume formas de se engajar socialmente e politicamente, construindo suas bases.

Com a abertura do mercado, as ferramentas de acessibilidade tecnológica e a influência midiática, percebe-se uma nova face da expressividade religiosa brasileira. Com traços teológicos do pentecostalismo clássico, porém com roupagens características bem performáticas, em constante ressignificação, as propostas religiosas seguem freneticamente, recriando, na tentativa de formular novos discursos e ação religiosas totalmente caracterizado pelas forças mercadológicas.

1.5 PENTECOSTAIS E POLÍTICA NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS PENTECOSTAIS BRASILEIROS.

Caracterizando a sociologia como modo de visão política, pontuando as diversas formas de contribuição da análise sociológica, Boudieu (2000, p. 163), afirma que a sociologia pode contribuir “pelo fato de tomar por objeto o trabalho de representação do mundo social e os instrumentos empregados nesse trabalho”.

Dessa forma, a classificação aqui está pontuada principalmente por se tratar de dois campos representativos. Tanto a política como a religião exercem características fundamentais de percepções de mundo e de lógicas dessas percepções, e todos os dois campos, enquanto estudo sociológico, caminham nessa tentativa, de criar de desapego das prerrogativas já estabelecidas, propondo novos olhares, possibilitando assim a reflexão.

O movimento pentecostal está sendo analisado dentro dessa perspectiva. fugindo de tendências e propostas teológicas definidoras do comportamento, caracterizando e pontuando a trajetória deste movimento pelo viés sociológico, pois, tomando as palavras de Louis Pinto (2000) é prioridade desfazer algumas certezas científicas, revendo seus problemas e posicionando novas e possíveis soluções.

O movimento pentecostal tem sido alvo de grandes debates na atualidade. Por se tratar de um movimento religioso expressivo, em específico, no meio evangélico, os pentecostais, por mais diverso que sejam, têm ocupado vários ambientes preponderantes da cultura brasileira.

Regina Novaes (2001, p. 75), em seu artigo chamado 'A divina política', afirma que "o conjunto dos evangélicos se apresenta hoje como um complexo mosaico". Após a terceira onda pentecostal, classificada por Ricardo Mariano como neopentecostalismo, estudar o movimento evangélico tornou-se mais complexo. Por se tornar mais plural, diversificado e multifacetado, o pentecostalismo oferece, para cada público específico, um cardápio, variadíssimo, à escolha do fiel.

Como afirma Cesar ; Shaul (1999, p. 102), o campo político é o "espaço mais delicado e mais complexo da expansão da igreja no mundo secular", pois envolve classificações e relações de poder.

Tratar de aspectos religiosos é diferente de tratar de aspectos políticos, pois, cada um tem lugares distintos no campo social. Suas representações, seus alvos, suas metas podem assemelhar-se no processo do jogo de fazer política. As articulações são firmadas e pré-determinadas conforme as relações de poder vão sendo estabelecidas, criando efeitos da religião sobre política e vice-versa. São esses efeitos que oferecem possibilidades de compreensão e percepção da inserção do pentecostalismo nas atividades políticas. Entre eles, a política tem ganhado destaque, principalmente no que diz respeito às atividades partidárias. Mas, o histórico das denominações mostra-se diferente da atualidade.

1.5.1 A crise do Regime Militar como momento oportuno de inserção dos pentecostais na política.

A tentativa do governo militar de estabelecer no país o combate à corrupção e do comunismo através do processo político democrático entrou em descredito. Os pentecostais no período do regime se mostram um tanto conflituoso, em que Saulo Baptista (2007, p. 136),

O relacionamento dos evangélicos com a ditadura militar não pode ser descrito, simplesmente, pelo alinhamento e adesão, embora o conjunto tenham predominado estas posturas. Como a categoria evangélica abriga diferentes tradições, esta pluralidade também se manifestou na interface com o regime. Houve opositores conscientes, principalmente a minoria ligada ao movimento ecumênico e aos debates teológicos inspirados no pensamento europeu do pós-guerra, bem como na teologia latino-americana, cuja vertente mais conhecida era a teologia da libertação. Não, obstante, prevaleceu a influência poderosa da ideologia conservadora-fundamentalista.

As eleições de 1974 proporcionaram um novo cenário político à população brasileira. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em destaque eleitoral, conseguiu afastar militares corruptos do poder, iniciando um momento novo da história política brasileira. A reforma dos partidos políticos iniciou visando, conforme Linhares (1990, p. 375), “a quebra do monopólio que o MDB exercia na oposição, fragmentando-o em inúmeros partidos”.

Uma das razões que propõe a mobilização pentecostal na arena política se dá no ano de 1980, quando o país está enfrentando a constante crise econômica. Os fatores históricos apresentam a posse de João Batista Oliveira Figueiredo na presidência da República em 15 de Março de 1979 como marco crucial para a compreensão da crise enfrentada pelo Brasil em 1980.

Marcando as características históricas da política brasileira na década de 80, Senna (1989) afirma que nunca houve um período de tantas incertezas como este período. Marcado por crises e insatisfações populares, o campo político escreve sua história. Militar e ex-chefe de gabinete no período Médici, general Figueiredo parecia ser o candidato ideal para organizar e controlar, baseados nos métodos de linha dura, impregnado pelo regime militar. A grande surpresa foi que o presidente escolhido não conseguiu controlar a inflação, desestabilizando ainda mais a economia brasileira.

Narrando os acontecimentos decorrentes da política e a crise econômica na década de 80, Boris Fausto comenta:

A sonhada experiência de crescimento com controle de inflação durou pouco. [...] a expansão de moeda foi severamente limitada; os

investimentos das empresas estatais foram cortados; as taxas de juros internos subiram e o investimento privado também declinou. [...] Desenhou-se naqueles anos um quadro que se tornaria familiar aos brasileiros, chamado de “estagflação”, por combinar estagnação econômica e inflação. (FAUSTO, 2002, p. 502-503).

O governo de Figueiredo, além de representar uma nova fase do regime autoritário-burocrático no país, também registrou crises no setor econômico, social e moral. Por construir uma carreira militar de destaque, seu mandato coloca em cheque a legitimidade do regime militar. Observando esses fatos, resumidamente, Giovanella Lúgia afirma que:

O governo Figueiredo ficou marcado pela grave crise econômica que assolou o Brasil e o mundo, com as altas taxas de juros internacionais, os índices recessivos e inflacionários e a dívida externa brasileira crescente, além de um aumento na instabilidade social.[...] A inflação, que no final da década de 1970 chegava a 94,7% ao ano, alcançou 110% em 1980 e 200% em 1983. (LÚGIA, 2012, p. 347).

Por mais que a inflação ameaçava o país, havia a necessidade em avançar na tentativa de progredir com a economia brasileira, mesmo com medidas um tanto ousadas, como afirma Senna (1989) era necessário aniquilar a inércia dos políticos.

O que poderia oferecer um processo de abertura aos movimentos, reivindicações e conflitos sociais, mostra-se como oportunidade de inclusão dos pentecostais como protagonistas das frequentes reivindicações, inserindo assim na ação politizadora. Agindo dessa forma, Pedde *apud* Freston (1992, p. 123), afirma que os “pentecostais se adiantavam aos pedidos desses trabalhadores a fim de que suas reivindicações fossem por eles controladas”, criando nesse período, uma forma de sair da invisibilidade, tornando perceptíveis em outros movimentos sociais.

Categoricamente, em 1986 mostra-se como data crucial para o engajamento político das igrejas evangélicas, em específico, as pentecostais.

O discurso pentecostal começa a tomar novas formas, encontrando um espaço nos ambientes políticos, propondo um perfil totalmente contraditório aquele de aversão à política, apresentado em sua gênese. Como forma de caracterizar esse caso, Freston (1992) afirma que nesse período é caracterizado um novo tipo de político evangélico.

Devido à incessante exigência da sociedade, por uma Anistia Política, surge então, a possibilidade de criar mais partidos políticos, flexibilizando a legislação partidária. Nesses espaços de flexibilidade os evangélicos, já inseridos em manifestações sociais, encontram a oportunidade que almejavam para criar possibilidade de ação protagonista na política. A redemocratização do país torna-se uma contribuição que os evangélicos precisavam para se destacarem nos campos sociais.

Outro aspecto preponderante que merece destaque são as prioridades salientadas pelos evangélicos quando inseridos no campo político. Por conveniência, um percentual dos evangélicos pentecostais aliam-se na política com finalidades particulares, e interesses oportunistas. Nesse sentido, Valdir Pedde, citando Rolim, em sua pesquisa sobre a inserção e motivação dos pentecostais na política afirma que:

As preocupações centrais dos políticos evangélicos, quase em sua totalidade pastores, priorizam questões da moral sexual e da família, indicando um espírito conservador sobre os costumes, que se reflete sobre o campo político e econômico. (ROLIM *apud* PEDDE, 2005, p. 122).

1.5.2 As igrejas pentecostais e a Política no Brasil (1980-2010).

Remontar a história é necessário perpassar alguns fatores prioritários para facilitar a compreensão do leitor. O recorte histórico remonta três décadas, iniciado em 1980 a 2010. Porém, alguns fatos anteriores precisam ser citados, pois facilitam a percepção dos acontecimentos, e a identificação da memória social, pois, como afirma Burke (2011, p. 70), relacionando história e memória, diz que a "história reflete a memória". Nesse sentido, algumas situações na história foram fundamentais para a compreensão do campo sócio-religioso brasileiro. Como fator indispensável está o regime militar que durou de 1964 a

1985. Tendo como finalidade aparente, o regime militar, tinha em sua ideologia inicial, livrar o país da corrupção e do comunismo, levando com novas formas de poder e o processo democrático brasileiro. Sobre a forma de ação e coerção militar, Teixeira (2000, p. 299), afirma que ´no dia 1º de Abril de 1964 as Forças Armadas tinham a situação sob controle, com sindicatos fechados, universidades esvaziadas, jornais censurados`.

Começa então, carregado de imposições, o temido e repressivo regime militar. Com suas práticas hostis, pouco a pouco sua face vai aparecendo, levando, com cenas de violência, seu perfil de fazer política, causando alterações em vários setores da vida nacional.

O campo religioso, inevitavelmente, é atingido pela força ditatorial. Inicialmente, a Igreja Católica mantém uma postura ativa, e mobilizadora, pois como observa Pedde (2005), o golpe foi apoiado pela grande maioria da hierarquia da Igreja Católica.

Posteriormente, há reação da Igreja Católica ao comportamento hostil do regime, modificando sua forma de enfrentar aos acontecimentos. Nesse sentido, Pedde afirma que no período ditatorial:

Em termos de influencia pública, a Igreja Católica centrou-se na crítica ao governo ditatorial, pelo desrespeito aos direitos humanos, à falta de liberdade e de democracia, à política econômica concentradora de riqueza e ao beneplácito ao capital estrangeiro. (PEDDE (2005, p. 99).

Por mais que boa parte da liderança eclesiástica da igreja católica permanecia um tanto conservadora em relação aos movimentos sociais radicais, conforme Fausto (2002), o movimento da Juventude Universitária Católica (JUC) assumiu algumas posturas socialistas, criando conflitos com a autoridade da igreja.

Todas as transformações sociais, impreterivelmente, afetam o peso político de um país. O processo de modernização, urbanização, constantes crises e a reforma agrária começam a afetar radicalmente partidos tradicionais históricos, possibilitando a abertura da possível redemocratização.

Numa avaliação geral, o principal marco categórico que pode ser percebido é a postura autoritária dos militares. O autoritarismo no período do regime militar foi carregado simbolicamente pela capacidade de impor sobre os órgãos políticos, estabelecendo conforme Fausto (2002, p. 513), a perda da força das classes organizadas.

A história das ADs também é marcada pelo regime militar e é justamente esse momento do regime que oferece a Assembleia de Deus de consolidar sua trajetória na arena político-partidária.

2 ASSEMBLEIA DE DEUS: UMA RETROSPECTIVA SOBRE A GÊNESE E FUNCIONAMENTO DE UMA IGREJA PENTECOSTAL.

Esta pesquisa prioriza a denominação assembleiana como objeto de estudo como exposto no início. A igreja Assembleia completou seu primeiro centenário em 2011, e por mais que tenha se tornado uma igreja histórica, nos ambientes acadêmicos, esta denominação tem sido alvo de poucas investigações e pesquisas.

Em solo brasileiro, sua experiência em expansão é notável, sendo destaque em relação às demais instituições pentecostais. O censo de 2010 aponta que são mais de doze milhões de fiéis, ou seja, depois da Igreja Católica é a instituição religiosa com mais fiéis no Brasil, o que deixa claro sua expressividade no campo religioso brasileiro.

A história narrada sobre a igreja é a partir da vinda dos suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren em 1910. Filhos de sitiante e de jardineiro, de criação evangélica se sentem comprometidos com Deus, para a atividade religiosa.

Com esta “finalidade vocacional”, os suecos chegaram ao Brasil dia 19 de Novembro de 1910, contando com a disposição de alguns irmãos batistas, em Junho de 1911 conforme Mafra (2001), fundam a igreja em Belém do Pará na região Norte do país.

A narrativa conhecida e reproduzida de geração em geração, tanto pelos pastores brasileiros, como pelos membros da igreja, é baseada, essencialmente, no “chamado de Deus” para o “ministério”, conforme afirma o historiador Elben César:

O que chamou a atenção de Gunnar e Daniel para as missões transculturais foi a profecia de um patrício e irmão de fé chamado Adolf Ulldin, proferida na cozinha de sua casa em South Bend.(CESAR, 2000, p. 117).

que por “revelação de Deus” escolhem o Pará para manifestar o “chamado de Deus”.

Esta é a compreensão sobre o surgimento da igreja para os assembleianos em todo o Brasil. Mas, conforme Alencar (2013, p. 29), “as histórias épicas dos missionários, e demais pastores, são todas acentuadamente a-históricas e excessivamente perfeitas”.

A questão é que há um interesse dos fundadores das ADs em vir para o Brasil que ultrapassa a tão falada revelação divina, pois como afirma Alencar (2013, p. 49), a crise da borracha, havia inserção de suecos no Pará, inclusive pastores evangélicos, que, buscaram o Brasil, em busca de melhores oportunidades.

A expansão pentecostal se dá justamente com processo de produção da borracha, que conforme Correa, (2013, p. 2013), aumenta o “fluxo migratório dos trabalhadores” primeiro do Nordeste, Norte e depois para o Sul, e principalmente para a Amazônia, contribuindo assim, para a expansão da mensagem pentecostal.

Trabalhadores que migravam do Norte e Nordeste em busca de oportunidades e melhorias encontravam uma possível oportunidade de trabalho, mesmo que em condições precárias.

No século XX, a partir da década de 80, as exportações brasileiras começaram a ganhar força e lucrar com a comercialização e exportação que, segundo Fausto (2002, p. 239), fica com 8% do valor total das exportações, perdendo apenas para o açúcar e café. Afirmando a força produtiva e econômica causada pelo fluxo da borracha, o historiador Francisco Alencar (1996) afirma:

Com a descoberta da vulcanização da borracha, a produção brasileira chegou a ocupar o segundo lugar em pauta de exportação, entre 1890 e a Primeira Guerra. Organizou-se no trabalho de semi-servil (e em péssimas condições) de migrantes nordestinos e de prisioneiros enviados de várias partes do país, sob o controle de coronéis locais. (ALENCAR, 1996, p. 247).

Em todo o processo de crescimento econômico da borracha, o crescimento, como afirma Fausto (2002, p. 291), correspondeu a 25% do valor das exportações.

Boris (2002, p. 291), afirma que a “economia da borracha, trouxe como consequência o crescimento da população urbana e a melhora das condições de vida”.

A intenção não é invalidar a “mensagem profética”, nem tão pouco sua influência na construção da identidade da igreja, mas sim, caracterizar fatores históricos que contribuíram significativamente, para uma análise mais apurada dos fatos.

Sobre a realidade do Brasil e Suécia em 1911, Alencar afirma que:

os suecos que chegam com o pentecostalismo em 1911, encontram um país de muitos suecos. As relações Brasil e Suécia são mais antigas. No século 18, há suecos em São Bartolomeu e José de Bonifácio faz uma visita oficial a Suécia. (2013, p. 52).

Confirma também que, as relações se estendiam também ao campo do poder político e econômico, o que estreita ainda mais as relações entre os suecos e brasileiros.

De qualquer forma, a igreja Assembleia no Brasil, mesmo periférica e socialmente excluída, começa a ganhar forma e força, desenhando suas identidades características.

Alencar (2013, p. 291), afirma que “o Censo de 1980 não contabiliza separadamente por denominação”, mas afirma que “havia 2.439.763 membros e terminou o século com 8.418.140”.

Já em 1990, é possível perceber com mais clareza a expansão pentecostal, em particular, a denominação estudada. Alencar (2013, p. 09), afirma que os assembleianos eram “2,4 milhões de brasileiros”. Especificamente, na década de 90, conforme pontua Alencar (2013, p. 291), “as ADs cresceram 245%”.

Nenhuma denominação evangélica experimentou um crescimento tão expansivo como a denominação assembleiana. No ano 2000, o Censo apontava a igreja evangélica como portadora de “oito milhões e cem mil membros, ou 31% dos vinte e seis milhões de evangélicos no Brasil” (2005, p. 57).

2.1 A ORIGEM DO PENTECOSTALISMO EM GOIÁS.

A mensagem pentecostal começa no Estado de Goiás no ano de 1935 com a vinda da missionária Carolina Mathilda Pausen. De origem norte americana, Pausen já atuava como missionária pela *Calvary Pentecostal Thurch (Igreja Calvario Pentecostal)*⁵ igreja que já reconhecia sua atuação ministerial. Ao descrever uma breve biografia de Pausen, Araújo (2007, p. 149), afirma que “ela é considerada o primeiro arauto pentecostal” em Goiás, abrindo um novo momento da história do protestantismo, e conseqüentemente, a construção de discussão sobre liberdade religiosa no Estado.

Sobre a atividade missionária de Mathilda, o escritor Santos (1992), afirma que a igreja de Goiânia a recebeu muito bem, dando lhe oportunidade de pregar em cidades como Ipameri, Pires do Rio, Catalão, Goiandira e Patrocínio. Por onde passou, seu trabalho motivou conforme Santos (1992, p. 12), “renomados pastores que atuaram e que ainda atuam na Assembleia de Deus, em Goiás”.

⁵ A origem da Calvary Pentecostal Church - Igreja Calvário Pentecostal surge com um grupo de pastores de origem assembleiana dos Estados Unidos. Com finalidades e particularidades específicas eles fundam este movimento com sede da cidade de Washington. No ano de 1944, conforme Araújo (2007), este movimento ganhava expressividade em solo estadunidense. Porém com algumas discordâncias entre a liderança, os pastores se desvincularam do movimento, dando continuidade dos trabalhos no Brasil e na Índia. Mais informações sobre este movimento está disponível no Dicionário do Movimento Pentecostal, escrito por Isael de Araújo de 2007 e nos sites: <http://www.assembdeus.org.br/index.htm> ; http://dicionariomovimentopentecostal.blogspot.com.br/2009_05_01_archive.html ; <http://www.calvarypcmiami.com/>

O trabalho de Caroline Mathilda não é tão conhecido na história das ADs justamente porque, conforme Conde (1960, p. 304) “seu trabalho estava concentrado na cidade de Catalão”, cidade que naquela década, devido a chegada da ferrovia em 1910, concentrava-se como a maior população do Estado⁶ com a venda de arroz e feijão para outras regiões.

A partir de 1930 com a transferência da capital para Goiânia e a transferência da capital nacional para Brasília, o foco das atenções, inclusive econômicas, muda-se e novamente, outra história das ADs começa a tomar outro rosto, agora em Goiânia.

Em 1950, a missionária retorna aos Estados Unidos, país de origem e une-se a Igreja de Deus⁷.

2.1.1 Assembleia de Deus no Estado de Goiás: uma igreja de trabalhadores imigrantes.

A história das ADs no Estado de Goiás está intimamente ligada à fundação da cidade de Goiânia em 1933. Devido ao rápido progresso da nova capital, vários trabalhadores são atraídos para a cidade na intenção de conseguir trabalho e sustento à família.

Repetidas vezes, alguns nomes como de Pedro Ludovico aparece na narrativa histórica, porém, é crucial compreender que, conforme afirma Chaul (1988), p. 109, “não há herói sem povo, não há também construções sem operários”.

Não somente as ADs são radicalmente marcadas pela presença dos trabalhadores em Goiânia, como todas as religiões. Sobre o impacto dos trabalhadores:

na verdade, os construtores de Goiânia foram mais de quatro mil anônimos operários que, vindos do interior do Estado, Minas Gerais, São Paulo e do Nordeste, alojados em ranchos de capim e em

⁶ No site https://pt.wikipedia.org/wiki/Catal%C3%A3o_%28Goi%C3%A1s%29 a história de Catalão está disponível como também, o desenvolvimento econômico e acontecimentos cruciais. Outras informações estão disponíveis no site <http://www.catalao.go.gov.br>.

⁷ Dados e fontes como jornais, fotos e notícias sobre a trajetória de Caroline Mathilda Pausen estão disponíveis na internet pelo endereço <https://ifphc.org/index.cfm?>.

casinhas de madeira, recebendo ´vales` no final do mês, trabalharam duramente e construíram uma cidade que passou a ser o símbolo do dinamismo de um Estado que até então se duvidava existir` (CHAUL, 1988, p. 110).

Nesse processo de construção da nova capital, boa parte dos operários e trabalhadores já tinham recebido a mensagem pentecostal em suas regiões de origem. A mensagem pentecostal em 1927⁸ chega em Minas Gerais, e em São Paulo 1923, e conseqüentemente os trabalhadores que vieram já trouxeram, juntamente na bagagem, a nova expressividade religiosa de sua terra.

Assim como a gênese das ADs no Estado do Pará, em Goiás o público inicial das igrejas remontam, em sua maioria, por pobres e menos escolarizados, o que contribui significativamente para a construção da identidade pentecostal goiana.

É necessário salientar que, em conjunto ao progresso da capital, as igrejas avançam necessariamente, acompanhando todo o processo. O salto em direção à modernidade é escrito conforme o desenvolvimento goiano. Nesse sentido:

Goiânia ainda era uma cidade em fase de construção. Artífices, operários especializado, negociantes e simples serventes eram atraídos a Goiânia pela facilidade com que encontravam trabalho e faziam negócios na capital de Goiás (ARAUJO, 2007, p. 482).

Na medida em que a cidade cresce, os espaços religiosos começam a ganhar território e expansão. Em residências ou até mesmo nas construções, a mensagem pentecostal começava a ganhar espaço, o que motivou o Pastor Paulo Leivas Macalão a iniciar declaradamente os trabalhos da igreja⁹.

⁸ Informações foram retiradas do texto do “Dicionário do Movimento Pentecostal” de Isael de Araújo (2007, p. 56) onde apresenta uma tabela com o início das Assembleias de Deus classificadas por Estados e as respectivas datas de fundação.

⁹ Estas informações estão contidas da dissertação de Sérgio Batista de Oliveira (2012) quando analisa o lugar da hermenêutica na formação teológica das Assembleias de Deus.

2.1.1.1 Uma nova igreja para uma nova Capital.

Assim como os trabalhadores que saíram de suas origens para trabalhar em Goiânia precisavam de oportunidade de emprego, Goiânia, ainda em fase de desenvolvimento, também era carente da mão de obra oferecida por eles, que vinham com grandes expectativas e sonhos.

Gonçalves (2003) afirma que a ideia caminhava para inserir Goiânia no processo de modernização assim como o restante do país. Com planejamento bem organizado e definidos por arquitetos e engenheiros, a nova capital apresentava traços de urbanização que conforme Sandes (2002, p. 15), construiu “um campo simbólico que abriga características de um mundo um tanto moderno, quanto tradicional”.

A “lógica da inclusão”¹⁰ começa a transparecer a partir dos métodos e fases do desenvolvimento planejados, traçando uma nova identidade à capital e conseqüentemente, ao Estado.

Significa dizer que, enquanto Goiânia segue um fluxo de desenvolvimento baseada em projetos que, conforme afirma Gonçalves (2003) tende atingir uma modernidade possível, as ADs que também seguem o mesmo fluxo, até mesmo por consequência da construção da nova capital, não seguem, necessariamente, um planejamento, pensado e bem organizado.

Enquanto Goiânia é um, segundo Gonçalves (2003, p. 21), “projeto de adesão à modernidade”, as ADs não passam de um movimento olhado com bastante estranheza e preconceito, mas que não para de crescer.

A igreja aproveita a fase de imigração e nesse processo se instaura, sem muitos métodos e regras, vai se estabelecendo, ajustando conforme a necessidades sociais. Nesse sentido, caracterizando o pentecostalismo em geral, Alencar (2005) marca a afirmativa de que, em todo o momento, o movimento pentecostal cresce acompanhando o processo de urbanização desenvolvido a partir de 1950.

¹⁰ O conceito “Lógica da inclusão” é utilizada pelo historiador Noé Freire Sandes onde ele trabalha a ideia de rompimento da identidade goiana, uma vez marcada pelo sertão para ser marcada pela força impactante da modernidade. Para Noé Freire o impacto da possível modernidade na qual Goiânia estava passando, possibilitaria novos comportamentos sociais a nova Capital.

Se o Estado de Goiás está numa fase de crescimento alarmante e esta é a maior contribuição que as Ads pode receber, o ideal é justamente entrar “no mesmo barco sem remar” e aproveitar as ondas que contribuem significativamente para a implantação da nova mensagem protestante, a pentecostal.

2.1.2 O Operário transformado em Missionário: O caso do irmão Moreira.

O diácono, Antônio do Carmo Moreira, vindo do Rio de Janeiro a trabalho, com a permissão de seus superiores, dá continuidade efetiva aos trabalhos, e ele se encarrega de publicar notícias no Mensageiro da Paz, jornal periódico das Assembleias de Deus.

A principal atividade desenvolvida por Antônio do Carmo era, conforme afirma Santos (1992) mestre de obras, atividade profissional desenvolvida no Rio de Janeiro, seu local de origem.

Antônio do Carmo Moreira, recebe autorização de seus superiores para dar continuidade as atividades em Goiânia, pois, sem a permissão da liderança oficial não existia possibilidade de continuidade aos cultos, pois, a autoridade atribuída pelos líderes, constrói uma forma de, conforme Alencar (2012) era uma oligarquia divinamente legitimada.

São poucos os relatos sobre a trajetória do fundador das ADs em Goiânia. Mais conhecido como irmão Moreira, seu trabalho evangelístico inicia de forma simples, como expõe o pastor Amador Carlos dos Santos:

Como crente fervoroso que era o irmão Moreira, ele começou a ler sua Bíblia, à noite nos barracos dos alojamentos dos operários, apenas como luz de lamparina dado a precariedade de iluminação, e medida em que ele ia explicando a palavra de Deus, para seus companheiros de alojamento, houve da parte de alguém que se organizassem um culto aos domingos, e para isto contarem com o apoio da Companhia, fato que culminou com muitos resultados positivos (SANTOS, 1992, p. 08).

A mensagem propagada pelos assembleianos na cidade de Goiânia logo atinge a cidade de Anápolis que começa a crescer rapidamente, atingindo posteriormente outras cidades próximas.

A credibilidade que o “irmão Moreira” recebe lhe dá a oportunidade de construir um nome nos ambientes de trabalho, e conseqüentemente, dos novos adeptos do movimento pentecostal das ADs em Goiás.

A autonomia em ganhar espaços de protagonismos no culto como cantar, ministrar e contar testemunhos específicos sobre a vida particular, oferece aos operários e anônimos, oportunidade de saírem do anonimato, propondo, conforme Alencar (2013, p. 107), um “ganho social” sem medidas.

De uma forma ou de outra, esta é de fato, uma oportunidade única que têm os trabalhadores, de saírem do esquecimento, escrevendo sua própria história. Afinal, assim como Goiânia está em fase de desenvolvimento, este mesmo processo, oferece ao movimento assembleiano, a capacidade de se propagar enquanto expressão de fé, mesmo que seja entre os analfabetos e operários.

2.1.3 Um operário missionário ou missionário operário? Contradições históricas sobre o “irmão Moreira”.

Os escritores que publicaram materiais sobre as ADs, escreveram poucos relatos existem sobre a história do diácono Antônio Moreira. Alguns apenas citam o nome do fundador como um referencial, mas pouco se preocupam com as realizações e feitos nas ADs.

A questão apresentada aqui são baseadas em duas histórias organizadas. A primeira é um livro publicado pela editora Kelps em 1992 que narra a história das ADs no estado de Goiás. Nesta fonte, o autor e pastor Amador Carlos dos Santos, apresenta o motivo da vida do irmão Moreira a Goiânia simplesmente a trabalho, pois, como mestre de obras, seria de bastante utilidade no processo de modernização e crescimento em Goiânia.

Não havia interesse, a princípio, de atuar como missionário em terras goianas, pois, conforme Santos (1992, p. 08), o diácono Moreira “de começo

pensava que vinha a Goiás, somente para trabalhar como mestre de obras na construção civil`, e assim que acabassem as obras, seu propósito era voltar ao Rio de Janeiro, seu lugar de origem.

Esta informação é repetida por Gomis, que escrevendo sobre a história de Goiás afirma:

Em 1936, ele viera para Goiânia trabalhar como mestre de obras na edificação do Palácio das Esmeraldas, futura sede do governo do estado. Aquele humilde operário, discípulo do pioneiro, pastor Paulo Leivas Macalão e ovelha de seu pastoreio no antigo distrito federal, pai de uma família numerosa (realidade que era comum na época), que estava agora no coração do Brasil construindo um edifício para abrigar o governo dos homens (GOMIS 2012, p. 39).

Gomis (2012) afirma que só muito tempo depois Antônio Moreira, sob as orientações de seu pastor Paulo Leivas Macalão, deixou o emprego, exercendo prioritariamente ao trabalho missionário.

Santos (1992, p. 09) ainda reforça a afirmativa salientando que “Moreira, o operário transformado em missionário ia aos poucos com suas palavras firmes, e fervorosas” se envolvendo com todos os trabalhadores, fortalecendo o movimento.

A segunda história aqui apresentada é citada pelo escritor Isael de Araújo que escreveu o Dicionário do Movimento Pentecostal. Neste livro ele conta a história do irmão Moreira, caracterizando outras prioridades, não necessariamente na mesma ordem que foi apresentada por outros escritores.

Conforme Araújo (2013, p. 482), “um grupo de crentes, membros da Assembleia de Deus de Madureira, que também tinham ido para lá, com a missão de anunciar as boas novas da salvação”. Neste grupo, citado por Araújo, o irmão Moreira se destaca com os trabalhos de propagação da mensagem pentecostal e logo é nomeado como líder, dando continuidade à frente dos trabalhos.

Algo a salientar neste momento é que, os integrantes da Assembleia de Deus de Madureira, inclusive Moreira, vieram para Goiânia com a finalidade de propagar a mensagem pentecostal ou para trabalhar?

Não é finalidade desta proposta negligenciar a história das ADs em Goiás, mas, sobretudo, clarear o máximo possível os fatos, dados e fontes.

O que aparece com maior propriedade é que o trabalho de Moreira como mestre de obras lhe oferece a possibilidade de divulgar a mensagem teológica pentecostal aos operários, dando força à mensagem pentecostal entre os grupos de trabalhadores.

O diácono ainda não tinha experiência nenhuma como missionário, pois seu histórico como convertido, como mostra o próprio Araújo (2007) não passava de cinco anos. Ele se converte em 1931, assim pontua Araújo (2007) e começa as atividades conforme afirma Gomis (2012, p. 41), “em 1936, como pastor da nova congregação, no terreno doado pelo governo”.

2.1.4 O primeiro templo das ADs em Goiás: “Deus nos concedeu um terreno”.

Como não é novidade na história das ADs, o lugar das reuniões logo não comporta a quantidade de pessoas, e portanto, surge a necessidade de encontrar espaço onde pudessem realizar as cerimônias religiosas que lhes proporcionassem maior liberdade. Observando essa característica social das ADs, Alencar (2013, p. 145) pontua que “nenhum templo da ADs foi construído nas regiões centrais e mais ricas da cidade”, pois os primeiros templos são precários e estão sempre localizados nas regiões de proximidade da moradia de seus membros.

Com os contatos que teria feito enquanto operário, o “irmão Moreira”, agora pastor das ADs em Goiânia, conforme Santos (1992, p. 09), consegue por meio de “seu bom relacionamento com a Administração da Nova Capital” o terreno para a construção do templo.

Como no estado de Goiás não é exceção, inicia-se a construção de um templo em Goiânia, e com o apoio dos integrantes da fé pentecostal, este,

conforme cita Santos (1992, p. 09) “Templozinho suficiente para abrigar todos os fiéis” é inaugurado no Antigo Bairro Popular na Rua 55, nº 18.

2.2 CONVENÇÕES, MINISTÉRIOS E PODER POLÍTICO: Construção da identidade ministerial assembleiana em Goiás.

Os ministérios de referência organizados por convenções das ADs no Brasil são (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil) CGADB¹¹ e (Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil – Ministério de Madureira) a CONAMAD¹².

A CONAMAD GO tem atualmente 74 campos ministeriais, setenta e três em Goiás e um em Atlanta nos Estados Unidos. Desses, conforme o pastores presidentes e parlamentares ligados à igreja, os principais que são atuantes e portanto decisivos nas ADs são três: Campinas, cujo pastor presidente é Oides José do Carmo, Vila Nova que tem como pastor Josué Gouveia e Ministério Fama, presidido pelo Pastor Abigail Carlos de Almeida.

No estado de Goiás, excepcionalmente, o ministério CADESGO (Convenção das Assembleias de Deus no Estado de Goiás) também é proporcionalmente, um ministério de grande potencial no contexto religioso goiano.

Historicamente os ministérios classificados conforme Alencar (2013, p. 37) como “ministérios corporativos” em nível nacional, são basicamente estes dois. No estado de Goiás, a CGADB não tem tanta força e credibilidade,

¹¹ CGADB é a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil que, conforme o site <https://www.cgadb.org.br/index.php/quem-somos> foi fundada em 1930 e registrada em 1946, pelos pastores Samuel Nystron, Cícero Canuto de Lima, Paulo Leivas Macalão, José Menezes, Nels Julius Nelson, Francisco Pereira do Nascimento, José Teixeira Rêgo, Orlando Spencer Boyer, Bruno Skolimowski, José Bezerra da Silva. É uma sociedade civil de natureza religiosa, sem fins lucrativos. Mais informações sobre as atividades ministeriais estão disponíveis no site <https://www.cgadb.org.br/> como na tese de Doutorado de Gedeon Freire de Alencar que resultou no livro MATRIZ PENTECOSTAL BRASILEIRA: Assembleia de Deus 1911-2011.

¹² CONAMAD é a Convenção das Assembleia de Deus do Ministério Madureira, conforme o site <http://www.catedralbaleia.com.br/reinauguracao/> no dia 19 de novembro de 1956, sob a presidência do Pastor Paulo Leivas Macalão, Presidente do Ministério de Madureira no Brasil e acompanhado pelos pastores: Antônio Moreira, Divino Gonçalves dos Santos, Albino Gonçalves Boaventura, Lázaro Manoel de Oliveira, Jaime Antônio de Souza, Antônio Inácio de Freitas, Antônio Alves Carneiro, Jamil de Oliveira, Agnelo Constantino da Silva, Jacome Guide da Veiga entre outros obreiros e membros.

cedendo como campo de competitividade das igrejas ligadas a CONAMAD, a Convenção CADESGO¹³.

A convenção CADESGO é composta por 36 campos, todos eles espalhados por Goiânia, Anápolis, Acreúna, Ceres, Goianésia, Itumbiara, Jataí, Jaraguá e a lista segue. O pastor presidente mora em Rio Verde, onde está a sede estadual. Esta é conhecida como Assembleia de Deus Missão, foi fundada em 1981 mas, seu histórico de envolvimento político é bastante precário.

As igrejas sede não tem candidatos oficiais então, elas se vinculam aos candidatos e, portanto, representante eleito do outro ministério, a saber, os candidatos ligados a CONAMAD. Em com o pastor e vereador Divino Rodrigues, ele afirmou que, assim como boa parte dos outros candidatos evangélicos, eles levam o nome das demais igrejas, mesmo sendo de ministérios opostos, pois, essas igrejas, não tendo candidatos oficiais, optam por apoiar candidatos ligados a CONAMAD.

O que não vale é ficar descoberto, pois, afinal, esta é uma das estratégias de poder, até então não declarada. Ministerialmente separadas, politicamente unidas, pelo menos, por enquanto, pois, conforme afirmou o secretário do deputado João Campos (PSDB), a CADESGO para as eleições de 2018, já tem previsto e praticamente declarado aos assembleianos seu candidato oficial a deputado estadual.

Em entrevista Valteir secretário do deputado João Campos, afirmou que o filho do pastor João Pereira da Silva, que é pastor presidente da Assembleia de Deus – Missão em Goiânia, é o possível candidato a deputado estadual nas próximas eleições. Conforme afirmou Valteir, a possibilidade de ser eleito é total, pois ele tem todo apoio da Convenção CADESGO.

Gedeon Freire de Alencar (2013, p. 37) aplica nesse contexto o conceito de “ministério corporativo” como “grupo de igrejas lideradas por uma igreja-

¹³ CADESGO é a Convenção das Assembleias de Deus no Estado de Goiás de maior força no estado de Goiás, perdendo apenas para CONEMAD. Por ser da Assembleia de Deus Missão, ela tem ligadas a seu ministério, várias e igrejas dentro e fora da grande Goiânia. Bem mais sectária e exclusivista que os demais ministérios, elas dão continuidade a algumas especificações teológicas do Pentecostalismo clássico. Em <http://site.cadesgo.com.br/> há disponíveis maiores informações sobre este ministério.

sede e dirigida por um pastor presidente`. Falar sobre ministérios nas ADs é um assunto não tão esclarecido pois, se confunde bastante quando o assunto é ministérios e convenções. Ao observar as estruturas eclesiais das ADs no Brasil, Marina Correa afirma que:

“No Brasil, embora a proposta tenha sofrido várias contestações por alguns líderes [...] venceu a escolha do sistema único de ministérios, no qual os ministérios teriam como missão funcionar como pólo único, em cada cidade ou estado, para facilitar os trabalhos das igrejas locais, evitando-se, dessa maneira, a invasão de campo” (CORREA, 2013, p. 131).

Assim, as formas de organização de poder no estado de Goiás também seguem o mesmo padrão. O modelo é essencialmente patriarcal, com ênfase primordial no pastor presidente. As decisões e ações administrativas e ministeriais, devem ser respeitadas hierarquicamente, seguindo ao diaconato, presbitério, evangelistas e pastor.

Como o pastor Paulo Leivas Macalão era do ministério de Madureira ligado à CONAMAD, assim como pastor de Antônio Moreira, o “irmão Moreira”, o apoio ministerial da CONAMAD acompanha o início das ADs em Goiás.

As fontes de acesso à história das ADs que narram sua origem no Estado de Goiás, nenhuma delas apresenta o ministério CGADB como protagonista nas atividades eclesiais em Goiás. Nesse sentido, Correa (2013, p. 151) afirma que no Estado de Goiás a AD nasceu “da segunda formação assembleiana, denominada de Madureira”.

Com um traço “carioca” e sem preparo de educação formal, o Ministério de Madureira começa a ganhar território em solo goiano, e abraçando fiéis vindos de outras igrejas, e recebendo conversões de outros fiéis à mensagem pentecostal o Ministério de Madureira consolida sua influencia em Goiás.

2.2.1 Autonomia e Cisões ministeriais das ADs no Estado de Goiás.

Um fato que é digno de observação aqui é a divisão em dois campos ministeriais a saber, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil e Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira não são os únicos que procuram autonomia e liberdade na história das ADs.

Vários ministérios independentes já existem¹⁴, pois, como afirma Correa (2013), as questões que causam divisões nas ADs, em sua maioria, são questões de legitimidade política.

Em boa parte das cisões que aconteceram na história da denominação não aconteceram por questões teológicas, mas, sobretudo, por questões essencialmente políticas. Situações como desacordos sobre campo de atuação, incompatibilidade entre pastores presidentes e seus liderados e etc.

Algumas cidades goianas como Rio Verde, Itumbiara, Mineiros, Quirinópolis receberam a mensagem pentecostal através do Ministério de Minas Gerais que tinha sede, conforme Santos (1992) em Uberlândia.

Como convenção nacional, o Estado de Goiás tem uma convenção que não tem ligação com as Convenções Nacionais, como a CGADB e CONAMAD. Esta também é reconhecida nacionalmente e é caracterizada como influente nas atividades ministeriais no Estado e até internacionalmente. A *Convenção da Igreja Assembleia de Deus de Anápolis – CIAD* é um tipo classificatório de autonomia que se fortalece no decorrer da história das ADs em Goiás. Conforme Alencar (2013), afirma que há igrejas ligadas ao grupo da CIAD que estão espalhadas não somente em Goiás, mas, presentes em outros estados da federação brasileira.

¹⁴ Os ministérios independentes da Convenção Nacional das Assembleias de Deus (CONAMAD) e a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) estão espalhados por todo o Brasil. No Estado de Goiás entretanto, aparecem como destaque a Convenção das Assembleias de Deus de Anápolis (CIAD) e a Convenção das Assembleias de Deus no Estado de Goiás (CADESGO) e a Convenção interestadual das Assembleias de Deus do Seta (CIADSETA).

2.2.2 Rompimento e a Criação do CIAD – Convenção da Igreja Assembleia de Deus de Anápolis.

Ao investigar a história das ADs no Estado, poucas informações estão disponíveis sobre os desentendimentos que levaram à divisão do ministério de Madureira e o surgimento da Convenção da Igreja Assembleia de Deus de Anápolis.

Santos (1992) apresenta Paulo Leivas Macalão como o pastor presidente de voz ativa e decisiva entre as atividades políticas e ministeriais nas ADs ligadas à CONAMAD. Esta mesma informação é reforçada por Correa (2013, p. 151), quando afirma em sua tese que o Ministério Madureira “era liderado por Paulo Leivas Macalão”.

Dessa forma, Macalão, conforme Santos (1992), achou por bem enviar para liderar os trabalhos das ADs em Goiás o pastor Antônio Alves Carneiro, que já tinha exercido atividades ministeriais em Ipameri e Brasília.

Como é de praxe nas ADs, não só em Goiás, mas, sobretudo, no Brasil todo, logo surgiu uma discordância de ordem política entre Macalão e o pastor Carneiro que, após uma longa disputa e desentendimentos, rompeu com o ministério de Madureira, criando a Assembleia de Deus de Anápolis, tornando-se, então, independente, e criando em 1960 o Ministério de Anápolis totalmente autônomo¹⁵.

Ao que parece, Paulo Leivas Macalão era dono de um temperamento um tanto difícil, pois Correa (2013), informando sobre a divisão do Ministério de Madureira e Missão, afirma que houve desentendimentos dele com os missionários suecos e posteriormente com o pastor presidente, e atual Bispo da CGADB, José Wellington Bezerra da Costa. O historiador das Assembleias de Deus, Isael de Araújo, afirma que:

Carneiro recebeu a proposta do pastor Paulo Leivas Macalão para que cedesse ao Ministério de Madureira a presidência daquela igreja,

¹⁵ Sobre a fundação do Ministério de Anápolis, o jornal periódico publicou no site: <http://www.jornalcontexto.net> informações precisas que ajudam a esclarecer a narrativa das ADs em Goiás. Outras informações mais específicas, também podem ser encontradas em <http://www.jornalcontexto.net/igreja-completa-70-anos-de-existencia-na-regiao>.

que então já tinha personalidade jurídica. Como Carneiro não concordou com a proposta, Macalão sugeriu uma proposta por meio da qual ele ficaria com a presidência das Assembleias de Deus de Anápolis para trabalhar de forma autônoma. O Ministério de Madureira abriu novo trabalho naquela cidade (ARAÚJO, 2007, p. 160).

3 A IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS E A POLÍTICA NO ESTADO DE GOIÁS (1982- 2010).

Este recorte histórico tem como finalidade manter-se conforme a temática proposta. Portanto, de 1982 até 2010 aconteceram oito eleições no Brasil. A partir deste recorte, a prioridade aqui apresentada será as estratégias utilizadas pelas ADs e seus respectivos candidatos, como também seus efeitos no campo religioso.

Analisando a inserção dos pentecostais na política, Paul Freston (1993, p. 212), afirma que os pentecostais “desprezando o mundo, aceitam opiniões mundanas”, principalmente quando essas opiniões são peculiares as suas vontades. No campo político acontece justamente essa reação a forma como o “mundo” está irremediavelmente sem noção. Portanto, os sacerdotes evangélicos se veem como o antídoto que poderia sanar e possivelmente, salvar a sociedade.

Entre 1950 e 1978, Paul Freston (1993, p. 171), “não há muita evolução no leque de igrejas no congresso”. A expressividade e liberdade no congresso acontecem principalmente a partir de 1982.

Com apenas 14 igrejas representadas, segundo Paul Freston(1993), começa a inserção dos evangélicos, ponderando seu espaço e considerando suas opiniões e opções partidárias. É importante salientar que os pentecostais já exercem sua influencia no campo político, mesmo que sem representantes específicos. Os candidatos de outras igrejas evangélicas, conforme Freston (1993), procuram pentecostais na intensão de angariar votos, contribuindo indiretamente com suas respectivas candidaturas.

3.1 LIDERANÇA ECLESIAÍSTICA DAS ADS INFLUENTES NA POLÍTICA GOIANA.

Entre intrigas e cisões, a história das ADs em Goiás vai tomando rosto e escrevendo sua história. Atualmente o ministério de Madureira tem como pastor e bispo, Manoel Ferreira. Ferreira mostrou bastante capacidade de

articulação política, e um toque “nordestino” tem predominado sobre a AD em solo goiano.

Trata-se de um ministério organizado em torno da hierarquia familiar, pois o primeiro vice-presidente é o filho mais novo, Samuel Cássio Ferreira¹⁶ e o terceiro vice-presidente é o filho mais velho, Abner de Cássio Ferreira¹⁷. O pastor Manoel Ferreira, que também foi militar, desenvolveu um histórico político no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) no estado do Rio de Janeiro. Ele sempre foi ativo na carreira política, candidatando-se a Senador pelo Rio de Janeiro em 2002 e vice-prefeito no Rio de Janeiro em 2004¹⁸.

No ano de 2006, Manoel Ferreira foi eleito a deputado federal sob várias acusações, como sonegação de impostos. Araújo (2007) afirma que em 1997 o pastor recebeu o título de Bispo, titularidade esta que era criticada pela própria igreja Assembleia de Deus.

Em Goiás, o bispo Manoel Ferreira, nomeia Oídes José do Carmo, pastor presidente das ADs – Campo de Campinas em Goiânia, como quarto vice presidente. De grande influência política em Goiás, Oídes nunca almejou a candidatura, porém, não abre mão das articulações do jogo político. Sempre apoiando representantes evangélicos e influenciando até membros de sua família, como o caso de seu irmão, o deputado Luiz Carlos do Carmo¹⁹, o pastor reforça, com muita eficiência, seu poder de articular e angariar votos dos assembleianos.

O pastor Josué Gouveia, que é presidente do Campo²⁰ de Vila Nova em Goiânia, também têm contribuído com sua parcela no reforço de várias candidaturas²¹.

¹⁶ Falando sobre as ADs e sua atuação no Brasil, o pastor Samuel Ferreira afirma na reportagem para a revista Isto é, que se considera um pastor radica entre os tradicionais, característica esta que tem construído um novo perfil das ADs no Brasil. Outras informações sobre esta entrevista está disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/138157_UM+PASTOR+MODERNO+ENTRE+OS+RADICAIS

¹⁷ Informações sobre a estrutura eclesíásticas da ADs – Ministério Madureira estão disponíveis em <http://www.catedralbaleia.com.br/reinauguracao/ Mesa-diretora/>.

¹⁸ Sua carreira política está disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Manoel_Ferreira

¹⁹ Informações sobre o deputado Luiz Carlos do Carmo estão disponíveis em <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1240>

²⁰ Como afirma Alencar (2013) Ministérios, Convenções e Campos soa um tanto confuso. Campo apresentado neste trabalho se refere às igrejas que estão ligadas a uma igreja sede que tem um pastor

3.1.1 O poder simbólico e os líderes das ADs em Goiás: O candidato da convenção é o candidato “oficial” da igreja.

Conforme Weber (2012), o líder possuidor do carisma tem uma legitimidade essencialmente divina. Vem de Deus a capacidade de poder tomar decisões acerca das ações dos indivíduos na igreja. Para Weber (2012, p. 159) este é o “sentido carismático genuíno da dominação”. Há uma predisposição dos adeptos em se sentir convencidos no reconhecimento do candidato em períodos eleitorais como sendo prioridade divina.

Pode se afirmar que o campo político, por se tratar também de um campo de poder, oferece abertura para que outros espaços sociais possam ali realizar suas propostas e construir perspectivas próprias. Como afirma Carvalho (2006, p. 106), “o campo de poder goza da capacidade potencial de interferência na autonomia de todos os outros campos – é o campo político”.

Na tentativa de reafirmar a citação de Carvalho, a Igreja Assembleia de Deus como campo religioso de poder e seus pastores com suas formas de ação, também se mostra como capaz de interferir de outros campos sociais, apontando em específico, candidatos e partidos políticos.

Este poder que o líder carismático desenvolve, apresenta-se com um caráter específico de legitimidade ao proporcionar à igreja e seus adeptos, a oportunidade de fazer a vontade divina não somente na igreja, mas, sobretudo, na política. As Igrejas Assembleias de Deus em Goiás, ligadas ao ministério Madureira, têm criado forças a partir dos acordos entre a liderança eclesiástica e a cúpula do poder político. Em eventos religiosos, o pastor presidente Oídes José do Carmo juntamente com o Bispo Manoel Ferreira, tem reforçado o apoio ao candidato do Governo, Marconi Perillo. O pastor Manoel Ferreira afirma em

presidente como líder superior. Normalmente, o campo está dividido por setores específicos de uma determinada região, por exemplo: As igrejas do setor Vila Nova em Goiânia está ligada ao campo de Vila Nova. São campos divididos por setores, por exemplo, mas não independentes da Convenção que é o órgão político de poder que rege todos os campos. Há casos em que algumas igrejas não fazem parte do mesmo região, mas mesmo assim a igreja-sede percebe que tal região possibilita à abertura de um novo trabalho, dando continuidade a expansão ministerial.

²¹ Em eventos particulares da igreja como reuniões de obreiros, o pastor Josué Gouveia recebe o candidato e cita a capacidade de atuação política. Está disponível em: <http://www.goiasadentro.com.br/post/noticia-rapida/lideres-religiosos-reiteram-apoio-a-marconi.html>

Convenção, em suas palavras: “Quero dizer aqui, de público, que o nosso candidato ao governo do estado é Marconi Perillo. Não há mais necessidade de prorrogarmos o anúncio formal de apoio acerca disso²²”.



Fonte: www.jornalpopulacional.com.br Acesso em 10 de Outubro de 2015.

O termo “candidato oficial”²³ foi retirado da tese de Doutorado do Saulo Baptista (2007) onde ele classifica dessa forma as estratégias de preparar os crentes em períodos eleitorais a votarem em candidatos de suas respectivas denominações, que:

A fim de lograrem êxito nessa empreitada, confirmado pela adesão e apoio dos membros, participação destes nas campanhas e votação em favor de seus candidatos, essas igrejas enfatizam o tema da unidade de propósitos, como valor que deveria ser cultivado por seu corpo de frequentadores (BAPTISTA, 2007, p. 271)

²² A candidatura a governadoria em 2014 é marcada pela força da influencia das ADs em Goiás. Em nota, o jornal Populacional, disponível em <http://www.jornalpopulacional.com.br/noticia/631-marconi-recebe-apoio-em-convencao-de-pastores-na-assembleia-de-deus-em-ceres.html> mostra em Convenção, a cúpula do poder assembleiano em Goiás apoiando a candidatura do candidato de Marconi Perillo (PSDB).

²³ As imagens sobre o apoio das ADs à candidatura de Marconi Perillo a governador estão disponíveis no site www.jornalpopulacional.com.br. Neste site estão disponíveis tanto imagens quanto informações sobre o discurso do Bispo Manoel Ferreira.

Conseguir eleger o candidato oficial da Convenção é validar a capacidade do líder carismático em conseguir levar adiante os interesses da igreja. Sobre essa capacidade carismática, pode se afirmar que, conforme Weber (2012) o líder carismático buscar estratégias de assegurar o seu poder.

A tentativa de eleger um candidato que esteja de acordo com os ideais da instituição religiosa significa legitimar o poder do pastor. O pastor presidente, neste caso, se apresenta como a força espiritual, que assegura a força social, conseguindo, como afirma Weber (2012, p. 161), “modificar a direção da consciência e das ações”.

O que se pode perceber no decorrer das eleições é que os adeptos das ADs em períodos eleitorais preferem escolher o candidato da igreja a pensar na possibilidade de escolha própria de um candidato, fazendo dos ideais políticos da igreja os seus ideais políticos.

O bispo Manoel Ferreira apresenta com toda clareza e objetividade, Marconi Perillo como o candidato oficial²⁴ da igreja e chega a caracterizá-lo como “filho”. No Jornal “Goiás 24 horas”, Manoel Ferreira apresenta uma Conferencia Missionária das Assembleias de Deus em Minaçu, onde o pastor Isaias Negrão, também apresenta Marconi como candidato do povo evangélico. Em suas palavras, o pastor Isaias afirma que por telefonema, o bispo Manoel Ferreira apresenta o candidato Marconi Perillo, digno de “meu apreço, carinho, confiança e admiração pelo governador, que me permitem chamá-lo de filho. É isso, pra mim Marconi é um filho”.²⁵

Essa tentativa de se familiarizar com o candidato oficial nada mais é do que reforçar a proposta da escolha pelo convencimento. Convencer, nesse sentido, reforça a decisão do bispo em fazer tal escolha, pois conforme afirma Baptista (2007, p. 309), a campanha política “que concorre a uma eleição,

²⁴ O termo “Candidato oficial” da igreja é tomado aqui do escritor Saulo de Tarso Cerqueira Baptista em sua tese “Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006).

²⁵ Informações contidas no site: <http://goias24horas.com.br/38753-em-evento-lotado-assembleia-de-deus-reafirma-apoio-reeleicao-de-marconi/>

como candidato oficial das igrejas pesquisadas, tem um período de preparação, coordenado pela comissão nacional ou estadual, que legitima tal candidato e dá tempo suficiente para o crente absorver este candidato como sua opção política.

Esta exposição em público do relacionamento entre o bispo e o governador, implica na tentativa de fazer com que o candidato escolhido pela convenção, não apenas se comprometa com os ideais da instituição, como também tenta construir laços de familiaridade, responsabilidade e intimidade entre o político e a Assembleia de Deus.

Bourdieu (2011) ao analisar os sistemas simbólicos, afirma que este poder consegue criar um sentido imediato de mundo. Este sentido direciona o olhar daquele que crê, depositando e direcionando seu poder de decisão política para as decisões do pastor, demonstrando uma sujeição à capacidade simbólica de dominação carismática exclusiva.

O candidato oficial da Convenção apenas recebe a ação e aprovação do pastor, que constrói sua "identidade política" na igreja. Normalmente, este candidato precisa ter um histórico familiar na instituição ou estar ativo nas atividades eclesiais, seja direta ou indiretamente. Weber (2012, p. 161), afirma que a "tradição e o carisma dividem entre si a quase totalidade das direções de orientação das ações".

O deputado estadual Samuel Almeida²⁶, que participa do mesmo partido político do atual governador Marconi Perillo (PSDB) falando sobre o candidato oficial afirma que:

Esta questão do candidato oficial é uma determinação da Convenção que em reunião, decidiram reeleger o candidato à governadoria do estado, pois entendiam que este governador teria contribuído com as demandas da igreja e portando merecia o apoio da igreja, mesmo, este candidato não sendo do mesmo segmento religioso.

Afirma ainda em entrevista Samuel Almeida que o apoio dos assembleianos foi decisivo para a reeleição de Marconi Perillo. A questão a ser

²⁶ Entrevista realizada no Domingo, dia 20 de Dezembro de 2015, na Igreja Evangélica Assembleia de Deus no setor Fama em Goiânia GO.

apresentada é que nesse caso específico, o candidato que teria direito, de certo modo, a receber o apoio da igreja seria Vanderlan Cardoso do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que, por ser assembleiano, estaria de acordo com as propostas da igreja.

Se o discurso é esse, de que a igreja deve apoiar o candidato que estiver em conformidade com os princípios e preceitos religiosos, Vanderlan Cardoso deveria ser, em tese, o nome de prioridade das ADs por se tratar de pessoa do mesmo segmento ideológico-religioso.

Soa um tanto contraditório a afirmativa da Convenção de que a escolha do candidato será pela defesa dos ideais que a igreja defende. A questão apresentada aqui é que, por mais que seja assim, o interesse de quem está no poder se apresenta com maior prioridade.

Portanto, a validade do discurso desenvolvido pela liderança carismática fortalece tal decisão, pois como afirma Bourdieu (1974), o discurso profético surge em momentos específicos e decisivos dentro de uma sociedade inteira.

O apoio ao candidato escolhido não está respaldado apenas nas formas carismáticas de poder. A força histórica do candidato na igreja também serve como motivação de apoio aos fiéis que pensando estar fazendo a vontade de Deus na política, validam a proposta da liderança, fortalecendo ainda mais os laços da igreja nos assuntos públicos, constituindo a forjando a "identidade política" do candidato escolhido.

Apoiar candidatos específicos conforme Baptista (2007, p. 256), "fica mais fácil manobrar as massas com o discurso religioso, para fins políticos".

O conceito de "identidade" é tomado aqui de forma proposital, afim de apresentar o perfil do político escolhido pela Convenção com a tentativa de elaborar alguns pressupostos. Esta identidade se refere à identidade das ADs na sua relação com o poder político.

Como não é proposta deste texto dar continuidade sobre a perspectiva de formação da discussão da identidade, como, por exemplo, na história ou na filosofia, a prioridade recai sobre Pierre Bourdieu (2011, p. 117) em "o poder

simbólico`` a responsabilidade de definir o conceito, onde expõe identidade como ``o ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros``.

Quem faz com que o político escolhido pela convenção encontre força e legitimidade na igreja Assembleia são os próprios adeptos. A liderança, como por exemplo, o Bispo Manoel Ferreira, faz a escolha, reforçando sua opção pela estrutura simbólica que nesse caso, é a Convenção Nacional das Assembleias de Deus (CONAMAD) e ela, enquanto órgão político do poder religioso expõe aos adeptos a escolha do Bispo Manoel Ferreira e os mesmos se responsabilizam, no decorrer da campanha, em construir identidade político-religiosa do candidato.

Tratando da identidade e vindo de encontro à perspectiva de Bourdieu, Castells (2003, p. 03), afirma que ``identidade é o processo de construção do significado com base num atributo cultural [...] o qual prevalece sobre outras formas de significado``. No nosso caso, mostra-se nessa capacidade da igreja de dar sentido à postura política do candidato assembleiano. A igreja vê nesse candidato oficial a representação da vontade de Deus na política.

Nas ADs esta identidade vai criando formas por laços e proximidade que na maioria das vezes, está ligada por vínculos familiares. Temos como exemplo em Goiás o caso do irmão do pastor Oídes, que é presidente do campo de Campinas em Goiânia, o deputado Luiz Carlos do Carmo²⁷. Tanto nos palanques como nos púlpitos em eventos da igreja, ele deixa bem claro que, quem é ``dono dos votos`` é seu irmão, ele apenas ``acompanha o barco``.

²⁷ Luiz Carlos do Carmo foi eleito em 2006 e tem maior parte de seus eleitores na capital goiana. Em 2010, o deputado também foi reeleito. Informações sobre o deputado estão disponíveis em <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1240>



Fonte: www.jornalismoverdade.blogspot.com.br>Acesso em 10 de Outubro de 2015.

Questão semelhante acontece com o ex vereador Daniel Messac²⁸. De carreira atuante na política goiana, desde 2003 o parlamentar das ADs do Ministério Vila Nova em Goiânia. Ele deixa claro em suas atividades políticas que sua capacidade de transpor as barreiras como parlamentar, é reafirmada pela sua postura como cristão. No mês de Abril de 2014, o Jornal “O popular” apresenta um escândalo, acusando de prática de nepotismo, Daniel Messac envolvendo o vereador Divino Rodrigues (PROS), que atua como evangelista pela Assembleia de Deus, porém de outro ministério. Outro fator apresentado é a denúncia de servidores fantasmas que seriam mantidos pelo PSDB²⁹.

Não é minha proposta aqui afirmar que o candidato, depois de eleito, entra em contraponto com seus princípios religiosos. Numa dissertação não se

²⁸ Informações sobre a carreira política de Daniel Messac estão disponíveis em <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1260>.

²⁹ O site <http://www.opopular.com.br/editorias/politica/gabinete-de-daniel-messac-ainda-est%C3%A1-lacrado-1.514085> apresenta toda a situação entre o deputado e o vereador, pontuando justificativas sobre tais acusações.

trata apresentar se tais princípios regem ou não, sua conduta política. A tentativa é mostrar os caminhos e (des) caminhos através dos quais o perfil do candidato vai sendo forjado e modelado, construindo assim, o que é denominado aqui por “identidade política assembleiana”.

A identidade política do candidato da Convenção se define nessas duas formas de construção do poder simbólico, a saber: o poder carismático e a tradição, legitimada pela igreja. Quanto mais tempo o candidato estiver ativo na igreja e nas atividades ligadas ao ministério, maior a probabilidade do candidato se firmar como o escolhido pela liderança para representar a igreja. Quanto mais virtuoso for o candidato, maiores são as oportunidades de esse candidato encontrar apoio e suporte da igreja.

Resumindo, essa face da identidade política nas ADs em Goiás é um conjunto de fatores. O poder do líder carismático como o pastor na escolha do candidato, a força da Convenção e o incentivo dos adeptos em reforçar a escolha do candidato fazem da presença das Assembleias de Deus na política partidária algo significativo e decisivo em períodos eleitorais.

A afirmação pública “ele é o nosso representante” está sempre em pauta nas convenções e reuniões de obreiros nas ADs, criando a ideia de que este é o candidato escolhido pela cúpula do poder e que partirá dele todas as ações escolhidas pela instituição.

Ao comentar em entrevista³⁰ sobre a postura das ADs na política partidária em Goiás, o pastor presidente do campo de Vila Nova³¹, Josué Gouveia, que também já foi vereador de 2005 a 2008, afirma que:

a escolha do candidato, tanto da convenção quando da igreja, sempre é uma pessoa ligada ao segmento e que defenda a igreja, como por exemplo, o deputado João Campos que é um dos que defendem a igreja, tanto a organização e instituição, quanto seus princípios.

³⁰ Entrevista realizada no dia 16 de Outubro de 2015 às 16:00 horas no gabinete do pastor Josué Gouveia no Setor de Vila Nova na cidade de Goiânia-GO. Nesse dia o ex-vereador e atual pastor me concedeu a entrevista narrando toda a atividade política das ADs no Estado de Goiás.

³¹ A imagem mostra Marconi Perillo no evento realizado pela igreja cujo pastor presidente é Josué Gouveia. As informações sobre o evento está disponível no site: <http://www.jornalopcao.com.br/>



Fonte: <http://www.jornalopcao.com.br> >Acesso em 15 de Outubro de 2015.

A questão que merece toda a atenção é o seguinte: o fato das ADs, normalmente ter um parlamentar que represente os ideais religiosos na política, não significa apenas ter um referencial eleito pela igreja e apoiado pelos pastores, mas, acima de tudo, um representante que esteja de acordo com a “vontade da divindade” e que possa, sempre que possível, facilitar oportunidades e benesses às necessidades daqueles que, em tese, o colocaram na posição vigente. Nesse sentido, a igreja utiliza desse poder simbólico para, conforme Boudieu (2011) transformar e transfigurar o sentido do poder.

Se existe uma capacidade específica da dominação carismática, esta é a capacidade de não usar do poder para fazer com que as pessoas realizem tais ações. Sua capacidade de criar representações permite aos indivíduos tomar decisões baseados no discurso de seus superiores, obedecendo a hierarquia eclesiástica. Nesse sentido, Carvalho (2006) pontua que o poder simbólico, potencializado pelo líder carismático, permite ao crente a crer e agir conforme aquilo que crê, simplesmente porque no grupo, hierarquicamente estabelecido, esta decisão de pessoas maiores e mais poderosas do que eles.

Em entrevista, o pastor presidente Abigail Carlos de Almeida³² do Ministério Fama, ligado à Convenção CONAMAD, tratando sobre a política nas ADs e a escolha do candidato da igreja afirma:

A política também é de Deus e aquela pessoa que a igreja acha que merece o nosso voto nós apoiamos. Não fechamos a igreja como um curral político, mas fechamos em torno de uma pessoa que é um amigo nosso e que nos prestigiam por que existem pessoas que só querem o nosso voto e não nos prestigia em nada. Então nós escolhemos uma pessoa que está a altura de nos ajudar, pois a igreja também depende das autoridades políticas e por isso não temos a ignorância que foi no princípio das Assembleias de Goiás, onde se afirmava que política era pecado e coisa do mundo. A Bíblia, por exemplo, nos dá exemplo de José de Arimatéria que foi Senador. No passado, a igreja via a política como um "bicho de sete-cabeças", já hoje não, a política está em todos os lugares.



Fonte: cleubercarlos.blogspot.com>Acesso em 15 de Outubro de 2015.

³² A entrevista foi realizada em 12 de Novembro de 2015 no gabinete do pastor-presidente Abigaiu no setor Fama em Goiânia-GO.

Abigail Carlos de Almeida, hoje com setenta e nove anos, tem uma trajetória nas ADs em Goiás de longa data. Isso faz com que ele tenha conhecimento de como foi em décadas anteriores o trajeto das ADs em relação as atividades políticas. O aspecto que, de fato, chama a atenção em relação no ato da entrevista com o pastor Abigail é que ele afirma que não há interesse da igreja em eleger um candidato, mas ao mesmo tempo, afirma que “escolhemos uma pessoa que esteja à altura para nos ajudar”, desconstruindo a afirmativa anterior. Para o pastor Abigail, que comunga das mesmas opiniões do pastor Josué Gouveia do ministério Vila Nova, “um político pode ser pastor, mas um pastor jamais pode ser político”. Para o pastor Abigail, é inconcebível a ideia do pastor de igreja querer exercer duas atividades ao mesmo tempo. Portanto, deve escolher entre ser pastor ou se envolver com política partidária.

Contudo, como se trata do poder, sempre há exceções. Nesse sentido, “faça o que eu diga, mas não faça o que eu faço”, pois o mesmo pastor Abigail apoiou a candidatura a vereador de seu filho, Abinair Vargas (PSDB) que é pastor e sucessor de seu pai. O pastor Abinair atualmente é pastor presidente do ministério fama, substituindo seu pai, o pastor Abigail.

As ADs no Estado de Goiás, ao eleger em seus candidatos, constroem jogo de poder próprio. Elas oferecem ao candidato a possibilidade de ser eleito, e posteriormente, exigem dele, mesmo que de forma discreta e maquiada, favores e reconhecimentos por tal ação. Há, de certa forma, uma negociação simbólica, na qual a igreja evangélica, dotada de motivos e justificativas, se sente no direito de ser beneficiada pelas atividades do parlamentar apoiado. Mais um exemplo do pragmatismo do “toma lá, dá cá” da política brasileira mais antiga e tradicional. Essa postura de negociação das ADs entra em contradição com o seu discurso que afirmava o papel do crente na política é postular-se conforme a vontade de Deus e com os preceitos bíblicos.

O candidato escolhido pela convenção está sempre disponível aos interesses da igreja. A igreja lhe propõe apoio e suporte nos períodos eleitorais, e em troca, claro que de forma não declarada, este parlamentar se sente na obrigação de favorecer as vontades de seus respectivos pastores. O pastor,

como agente principal da legitimidade político religiosa, aparece como intermediador entre as necessidades da igreja e as necessidades do candidato escolhido. Boudieu afirma que:

A estrutura das relações entre o campo político e o campo de poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso, que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política (BOURDIEU, 1974, 69).

Até aqui, foram apresentados métodos, caminhos e características da escolha do candidato oficial das Assembleias de Deus, como também seus efeitos sobre o posicionamento tanto dos assembleianos como da liderança eclesiástica.

Surge então uma problemática que serve de bastante utilidade como objeto de análise sociológica. Se existe, por parte da igreja ou da Convenção estadual e nacional uma estratégia montada para escolher o candidato A ou B, o que fazer com os candidatos que pertencem a mesma igreja e não são escolhidos como candidatos oficiais? Na verdade, não há o que fazer, pois, por mais que tenha vários candidatos que são membros da mesma igreja, o pastor presidente ou pastor da igreja local, prioriza um candidato para que não haja riscos de derrota nas eleições, garantindo assim, o representante na arena política.

Todos os pastores presidentes entrevistados, afirmaram que, de fato, a Convenção ou a igreja sede sempre tem seu candidato oficial, e este é, por sua vez, o candidato que leva o nome da AD, aparecendo publicamente como seu representante.

3.1.2 O poder das ADs na política goiana.

As Assembleias de Deus acompanha as formas de manutenção e consegue guiar os métodos e os sentidos desse poder. Os assembleianos, ao assumirem uma determinada postura na política goiana, percebem-se como existentes e ativos também no campo político, o que não é mera subjetividade,

mas, sobretudo, capacidade de dar continuidade à produção da expressão religiosa.

Integrar-se politicamente, na teia dos partidos e das relações de poder é oferecer ao grupo de pessoas, inseridas na instituição assembleiana, a capacidade de dar sentido ao revestimento religioso, que, uma vez defendido pela liderança, encontra força para se propagar, as vezes, persuasivo, mas, convincente. Afinal de contas, se convence os membros da AD é por que encontrou legitimidade.

Utilizando das abordagens teóricas, Bourdieu (1974, p. 72) afirma que a contribuição significativa está justamente no fato de que a igreja “está sempre investida de uma função de manutenção de ordem simbólica”, conseguindo assim, compreender seu envolvimento na política como representação significativa. Quando o bispo ou qualquer pastor de igreja, se colocam a favor de algum partido específico, selecionando o candidato a ser apoiado, ele propõe, ao mesmo tempo, uma explicação para essa ação; ela não aparece como forma de imposição de poder, mas, sempre como uma oportunidade dada às pessoas para fazerem parte da história da igreja.

O eleitor integrante da igreja não se sente coagido e tampouco se percebe como dominado. Aliás, dominação nesse caso nem aparece como possibilidade para o crente, afinal, para ele o candidato é “um de nós”, é um integrante que comunga dos mesmos ideais da Assembleia de Deus.

A força representativa, em termos gerais, é o que se pode perceber ao analisar o poder religioso no poder político. As múltiplas representações, criadas pelo poder simbólico religioso, justificam as ações e decisões, tanto da liderança, como dos adeptos em relação à política. Ela não é, em si mesma, arbitrária, mas coerente e invisível, sendo capaz de inverter todo o sentido sócio religioso.

3.2 ATUAÇÃO POLÍTICA DAS ADS EM GOIÁS.

A força das ADs e a sua influencia na política goiana são inegáveis. Em todas as circunstâncias, a cada campanha eleitoral, a Igreja tem conseguido destacar-se na linha de frente e obtido recordes de votos em Goiás.

Mas nem sempre sua postura foi tão estrategista em relação à política no Estado. A narrativa dos pastores presidentes entrevistados, mostra claramente que houve uma radical transformação.

São traçadas historicamente, três momentos de atuação das Ads na política goiana. Apresentado a década de 80 como a primeira década, ainda que, de forma tímida, envolvendo com a política, mesmo que contra a vontade dos pastores presidentes.

Neste segundo momento, é caracterizado a década de 90, onde há, devido a Constituinte, algumas transformações políticas emergentes que dão outro sentido para a ADs, resignificando fatores até então, inegociáveis.

No terceiro momento, e é justamente onde algumas hipóteses são apresentadas que, apresenta o domínio das ADs na política em Goiás, e como esse aspecto tem tomado força, sendo ela, através do poder de suas lideranças, decisiva em períodos eleitorais, marcando a história da política em Goiás como o "divino poder".

3.2.1 A primeira fase do envolvimento das Ads na política goiana (1982-1990).

A década de 80 não se caracteriza com expressividade dos assembleianos na política. Apenas alguns casos isolados servem como referencialidade. De 1983 a 2011, sete legislaturas são realizadas, podendo oferecer informações dentro do recorte histórico aqui priorizado.

Com a oportunidade de introduzir a ação assembleiana na política em Goiás, o pastor e psicólogo, Antônio de Jesus Dias, mesmo contra a vontade de boa parte dos pastores assembleianos, é eleito deputado estadual pela legislatura (1979-1983)³³.

Bastante orgulhoso de seus feitos e dos cargos alcançados como parlamentar, o pastor Antônio de Jesus Dias afirma que, foi um dos poucos pastores que se atreveram em ousar novos horizontes no campo político.

³³ Informações cedidas em sua residência no dia 13 de Junho de 2015, as 14:01, que por sua própria vontade e disposição, me recebeu para conversarmos sobre o tema desta pesquisa.

Uma das características mais interessantes sobre a década de 80, é que os parlamentares ou candidatos da igreja buscavam respaldos teológicos para embasar e justificar suas candidaturas, sempre recorrendo à vontade de Deus como base para tal ação. Talvez por que estivesse preso no imaginário tradicional que compôs o perfil das Ads no passado, ou talvez para criar certos discursos um tanto convincente. A grande questão aqui apresentada é que, em todas as três décadas estudadas, a década de 80 é a que mais se encontra propostas teológicas nos discursos dos parlamentares. Nesse sentido, Cesar; Shall (1999) , afirma que este é o ponto mais polêmico entre os pentecostais pois se trata-se de mudança de perfil comportamental.

Em suas respostas, ele sempre deixa claro que por mais que os evangélicos não eram a favor da inserção pentecostal na política, ele foi orientado pelo “espírito santo” a se candidatar.

Convêm observar que a força da teologia neopentecostal, manifestada principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus, começa também a compor um novo cenário nas interpretações teológicas do pentecostalismo clássico. De uma forma ou de outra, as Ads, mesmo não concordando com a influencia neopentecostal, é atingida pela força dessa onda e em se tratando de campo político, a realidade não é diferente.

A grande diferença entre as Ads e a Igreja Universal do Reino de Deus é que não há, por parte da segunda, aversão as atividades políticas. A IURD conforme afirma Baptista (2007) sempre esperou pela oportunidade de galgar o poder dos cargos políticos. Saulo Baptista (2007, p. 193) afirma que “em 1986 elegeu um deputado federal e três em 1990”, decifrando um outro perfil da política brasileira.

Enquanto as Ads estava caminhando lentamente no processo político, as IURD já havia percebido as lógicas de trabalho político brasileiro. Não havia por parte das Ads uma agenda política organizada que pudesse por em prática estratégias políticas da igreja, mas, quanto a segunda, é possível afirmar que já estava preestabelecido suas formas de articulações.

Um dos fatores interessantes que é preciso salientar é que quando entrevistado, o ex deputado afirma que os agentes religiosos das ADs, principalmente em 1980, não incentivavam a candidatura de seus membros pois acreditavam que alguns candidatos de apoio à candidatura, conforme Antônio de Jesus afirma que “ofereciam fortuna caso o candidato evangélico fosse eleito, sendo abonados financeiramente com ouro, dinheiro e etc. Dessa forma, muitos se iludiam com as propostas (informação verbal)

Porém, na mesma entrevista, segue-se a pergunta sobre as verbas liberadas para as ADs para à realização de eventos como, show gospel, congressos, verbas para compra de terrenos e etc. O ex-parlamentar afirma que, “sendo exercido com critério de prudência e de capacidade técnica, com apresentações de contas e com o devido rigor, não há problema. No passado já aconteceu casos de problemas (informação verbal).

Na entrevista realizada em sua própria residência³⁴, o ex deputado apresenta com clareza, a certeza da importância dos assembleianos na ação política em Goiás. Em suas palavras, quando se pergunta se no estado de Goiás, religião e política falam a mesma linguagem, ele afirma que:

está caminhando para isso, pois na medida em que há uma evolução, espiritual primeiramente, e social, a própria instituição (religiosa), sente uma necessidade de valorizar, ambas as partes, pois somos, também, parte integrante de uma sociedade que é predominantemente política e também religiosa.

Uma das características das ADs e seus respectivos parlamentares é a certeza de que a igreja é a possibilidade que o Estado tem como meio para o surgimento de uma possível ordem social. Por meio dela se pode caracterizar as oportunidades de alcance e resgate da moral e da preservação dos valores humanos e etc.

Como, em suas palavras, o ex deputado e atual pastor Antônio de Jesus faz questão, citando trechos da literatura sagrada, se referindo ao caráter dos

³⁴ Entrevista realizada na residência do ex-deputado, Antônio de Jesus Dias, Sábado, 13 de Junho de 2015 às 14:48.

parlamentares evangélicos, diz que “é importante que tenha justos (evangélicos) no poder.

3.2.1.1 O surgimento da FPE: Frente Parlamentar Evangélica ou Bancada Evangélica.

Conhecida também como (FPE) Frente parlamentar evangélica, a bancada evangélica foi instituída em 18 de Outubro de 2003. Mas ela já existia na constituinte em 1988.

Composta em sua maioria por pentecostais, as ações políticas se destacam principalmente pelos interesses.

Adelcor Vieira, deputado assembleiano foi quem inicia a ideia de criar a FPE no Brasil. Apesar de seus interesses se manterem em interesses particulares morais, boa parte de seus integrantes são alvos de investigações suspeitos de corrupções, respondendo processos no Supremo Tribunal Eleitoral.

Entre as temáticas defendidas pela FPE,³⁵ destaca-se uma que merece ser pontuada com maior atenção. Segundo os parlamentares, a intenção da bancada evangélica é uma “sociedade mais justa e igualitária”.

Característica esta que se apresenta um tanto contraditória quando se trata de assuntos polêmicos como a partilha de direitos entre pessoas do mesmo sexo, aborto e etc.

A expressividade dos parlamentares no congresso nacional se faz presente com cultos e eventos onde são salientados os interesses específicos da bancada.

³⁵ Quanto as informações sobre as temáticas defendidas pelos parlamentares pentecostais, estão disponíveis em: <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/a-frente/sobre-a-fep> como também as propostas apresentadas pela bancada evangélica.

Figura 1-Deputados e senadores reunidos realizando a “Santa Ceia”.³⁶



A FPE surge como um caminho que possibilitou, conforme Saulo Baptista (2007) em estreitar o relacionamento entre os pastores e parlamentares pentecostais.

Conforme o que se apresenta em sua tese, Saulo Baptista (2007, p. 354), os “grupos de interesse (GI) se refere a uma coletividade se organiza para defender princípios e valores e alcançar objetivos e metas importantes para sua sobrevivência e fortalecimento”. Fazendo assim, mantém a força e expressividade da identidade pentecostal no Congresso.

O site da DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) apresenta claramente a força expressiva dos pentecostais na política. Em 2011 a composição da bancada se apresentava com 70 deputados e três senadores. Nesses relações, o nome de Íris Rezende, ex vereador e deputado estadual em Goiás, aparece como destaque. Por mais que o referido político não é membro das Ads, é um dos candidatos chaves para a compreender o impacto dos evangélicos na política goiana. Na sua tese, Saulo Baptista (2007) apresenta a observação da DIAP sobre a atuação dos evangélicos na política e entre os destaques, está Íris Rezende como um dos principais parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica.

³⁶ Essas e outras imagens estão disponíveis no site: <http://www.fpebrasil.com.br>

A FPE é composta por uma quantidade bem mesclada de deputados., cada um representando as respectivas bandeiras de suas denominações evangélicas.

A denominação pentecostal aqui trabalhada também desenvolve seu papel fundamental na construção da história da FPE. Como boa parte dos deputados federais e estaduais do Estado de Goiás, que são assembleianos, também fazem parte da bancada evangélica, há caracterizações prioritárias que precisam ser pontuadas.

Em primeira instancia, é necessário apresentar aqui, que o atual presidente da FPE, o deputado federal João Campos é assembleiano e goiano e sendo assim, torna-se peça fundamental para esta pesquisa. Segundo o deputado, quando interrogado sobre o peso dos parlamentares assembleianos goianos na bancada em Brasília, pontua que:

A Assembleia de Deus goiana tem contribuído de forma significativa para a política em Brasília. A primeira contribuição caracterizada como importante foi o pastor Antonio de Jesus Dias que dado a sua formação como psicólogo e também a sua formação moral, pode ser destacado, porém sem desmerecer qualquer outro parlamentar evangélico, pois na década de 80 já existiam parlamentares evangélicos mas, com a quaficação de Antônio de Jesus Dias foram poucos. Passado um tempo, eu fui eleito mas, não necessariamente pela Assembleia de Deus, pois como todos sabem, eu era um líder na polícia em Goias e reconhecido como tal, portanto minha eleição foi fruto do trabalho na segurança pública e o segmento evangélico, mas tendo como referencia pessoal, a Assembleia de Deus.

Afirma o deputado que, todo efeito que esses dois segmentos geraram em sua pessoal, fez dele o parlamentar que é, mas deixa claro que, em suas palavras, foi “tudo fruto de muito trabalho e dedicação”.

3.2.1.2 Assembleia Nacional Constituinte (1988): “Uma porta se abriu para nós.”

Sem dúvida alguma, entre todos os momentos históricos, a Constituinte de 1988, torna-se o marco de expõe a maior oportunidade dentro do campo

político para as igrejas evangélicas, e especificamente as ADs, mostrarem sua posição.

Na década anterior a Constituinte, conforme Baptista (2007, p. 30), “o pensamento hegemônico dos dirigentes assembleianos era que o crente não deveria envolver-se com partido, sindicato e associações congêneres”, forçando o integrante da igreja a não participar de nenhum tipo de movimento específico.

A Constituinte de 1988 teve como proposta rever algumas propostas políticas, reformulada por meio de emendas e ratificações, situações envolvendo temas como saúde, reforma agrária, poder atribuídos às forças armadas, educação e etc³⁷.

Mesmo que em minoria, e nem sempre tão motivadas por outros espaços da sociedade, as igrejas evangélicas começam a se posicionar. Não são as propostas apresentadas pelos parlamentares na Assembleia Constituinte que servem como base para despertar nos evangélicos em geral, o direito de se posicionar politicamente. Mas sobretudo, a possibilidade de novos espaços e caminhos surgindo com a redemocratização do país, sendo salientadas como tanta expressividade na política.

Falando sobre os assembleianos na política goiana, o pastor Antônio de Jesus afirma que a Constituinte foi “a porta que se abriu para os crentes na política em Goiás”.

Antes da Constituinte em 1978, ele se candidatou para deputado estadual mas, assim como boa parte dos evangélicos, não conseguiu se eleger, conseguindo nove mil votos.

Para o ex-deputado, ter um representante das Assembleias de Deus neste período tão expressivo da política brasileira, e conseqüentemente, na política goiana, significa perceber que os evangélicos já não são invisíveis, e

³⁷ Estas informações aqui citadas a respeito da Constituinte de 1988, está disponível no site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/25-anos-da-constituicao-de-1988> onde foi organizado um histórico narrando os 25 anos de Constituinte. Outras informações em <http://www.brasilecola.com/historiab/constituicao-de-1988.htm>

diferentemente do que a sociedade imagina, eles podem mostrar novos horizontes quando, como gosta de salientar o pastor Antônio de Jesus, “se atrevem na política”.

A década de oitenta se apresenta na história das ADs em Goiás como um divisor de águas, demarcando duas características a serem salientadas aqui. Em primeiro, é necessário apresentar o posicionamento dos assembleianos em relação à inserção dos evangélicos na política goiana nesta década. Há, de certa forma, uma resistência ainda muito presente da liderança, fator esse que toma um outro rosto nas décadas seguintes.

Em segundo, o posicionamento dos membros das igrejas que, ao perceberem o impacto social que a Constituinte gerou, se apresentam nos espaços públicos de outra forma, não como protagonista, mas nem tão neutros como antes. É importante salientar que, estas afirmações dizem respeito aos assembleianos em Goiás, pois conforme afirma Correa (2013), já existiam pentecostais na política desde 1930, ganhando mais componentes em 1960.

O atual deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Evangélica João Campos, ao ser entrevistado³⁸ afirmar a importância da abertura da democracia no país, salienta também a Assembleia Nacional Constituinte em 1988 como sendo o momento de abertura das igrejas evangélicas adentrarem no campo político de forma presente. Firmando sua posição, quanto a mudança do comportamento dos assembleianos em relação à política, o deputado afirma:

Alguns momentos que a democracia nos proporcionou nos conduziram a isto. A Assembleia Nacional Constituinte para o segmento evangélico oferece uma liberdade religiosa significativa. A Constituição brasileira consagrou todos os princípios relacionados a liberdade religiosa com a laicidade do estado, e portanto, consolidado a cada dia que se passa.

Quando entrevistado, por várias vezes, cita o nome de Antônio de Jesus Dias como representante significativo da igreja Assembleia de Deus na política,

³⁸ Entrevista concedida na Terça-feira dia 14 de Julho de 2015 às 18:55 no gabinete do deputado João Campos em Brasília-DF.

principalmente por ter sido deputado constituinte, e mesmo assim, ter firmado a presença da igreja evangélica na política goiana.

Fatores e momentos fundamentais marcaram as transformações no campo político, como observa, TREVISAN (2013, p. 02), o processo da ‘‘crise do regime militar, o início do pluripartidarismo, a redemocratização do país e a elaboração da nova Constituição Federal em 1988’’, são fundamentais para percebermos essa marcante mudança de comportamento das ADs no campo político partidário.

3.2.2 A segunda fase do envolvimento dos evangélicos na política goiana - o processo de (re) significação (1990-1998).

Se a década de 80 se apresenta como o início da visão sobre a postura da igreja em relação a política no estado, e como essa política deve ser percebida, principalmente pelos evangélicos, a década de 90, se tratando das ADs e a política em Goiás especificamente, é considerada aqui como a ponte entre a proibição e a sacralização política.

Os processos da outra face eclesiástica começa a tomar forma justamente a partir de 1990. A Constituinte é como afirma os pastores entrevistados, a porta para a democratização, e percebendo essa possibilidade de inserção, as ADs em Goiás fortalece desde então algumas formas e cadê abertura, até então não percebidos ou talvez, renegados por justificativas da liderança religiosa, as igrejas evangélicas, se propõe a construir uma linearidade entre as concepções e justificativas teológicas com as propostas politico-eclesiásticas. Nesse sentido, Paula (2011) apresenta:

que houve um renascimento da vida pública, com a mobilização dos mais variados segmentos e instituições da sociedade civil que lutavam pelo direito de participação nas grandes questões nacionais (PAULA, 2011, p. 01).

Classificar os pentecostais atualmente de posturas ascéticas, é necessário analisar, primeiramente, sua atuação prioritária nos campos sociais, principalmente no que tange às atividades políticas.

A realidade das denominações pentecostais não se apresenta mais com tanto distanciamento como na gênese do movimento. Como classifica Mariano, ao pontuar inicialmente os fatores sociais dos pentecostais no Brasil, afirma que “entraram de corpo e alma no jogo político” (2005, p. 16).

Nesse “jogo simbólico”, as “peças” são seletivas, objetivando possibilidade de favores e trocas oportunas, rompendo ainda mais com todo sectarismo que distanciava os interesses políticos e religiosos.

Dessa forma, falar de posturas sectárias não significa, radicalidade e distanciamento da esfera política. Por mais que, uma parte preponderante dos fiéis pentecostais, ainda se consideram como opositores em relação ao envolvimento da igreja em questões partidárias, a força direta do movimento, na prática, não permite essa reação, de forma que, “por mais esforço que se faça, não há como não notá-los” (MARIANO, 2005, p. 15).

Inicia-se, de fato, um processo estratégico pensado, orientado e bem organizado com diretrizes partidárias muito bem apoiadas e concisas. Conforme a ocasião e a necessidade, algumas negociações vão se tornando mais frequentes, selando pactos e negociações político-religiosas.

Saulo Baptista (2007) em sua tese sobre as Ads na política afirma que a justificativa bíblica era suficiente para o crente se sentir convencido que política não era espaço onde crente pudesse frequentar, pois, segundo BAPTISTA (2007, p.137), os pastores:

do púlpito se afirmava, nos anos 70, que “crente não deve votar no governo e crente não se mete em política. A ênfase estava colocada na obediência às autoridades, conforme Romanos 13, e na frase de Jesus: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22:21), com a intenção de separar as esferas do político e do religioso.

No estado de Goiás a queda do regime militar e, conseqüentemente a Constituinte de 1988, registra a presença ativa dos pentecostais assembleianos em específico. A postura dos pentecostais em Goiânia de não se envolverem com questões conflituais como invasão de terrenos, possibilitou a abertura na ação das igrejas evangélicas na política.

Esta década se mostra como um momento de mudança no comportamento dos assembleianos, também em Goiás sobre as atividades públicas. Em 1991, governando pela segunda vez o estado, Íris Rezende aparece como o maior referencial evangélico na política goiana.

Em Goiás, os evangélicos se apresentam com expressividade contribuindo para a vitória de Íris Rezende como prefeito de Goiânia. Candidato esse que fortalece os laços entre os evangélicos na política durante muitos anos, pois afirmando Correa (2013, p. 195), “o que era negado e apontado como trevas, agora passou a ser luz”.

Íris Rezende não é membro das ADs, mas durante muitos anos, contou com o apoio dos assembleianos em suas candidaturas. Sempre presente nos eventos e convenções, constrói seu espaço como político no campo religioso.

Na figura abaixo, um registro histórico que marca categoricamente a religião e política em Goiás. Estão dois candidatos enigmáticos e opostos na política goiana. Marconi Perilo (PSDB) e Íris Rezende (PMDB) recebendo as bênçãos por imposição das mãos de Cesar Augusto, pastor da Igreja Fonte da Vida.



Fonte: MORAES, 2007, p. 136

Em 1986, a presença dos evangélicos torna-se bastante expressiva contendo 34 parlamentares evangélicos, com 18 integrantes do movimento

pentecostal. Esse crescimento é devido ao avanço do movimento pentecostal em território brasileiro³⁹.

Alencar (2013, p. 19) mostra claramente essa aparente mudança, afirmando que “em 2002, haviam 26 deputados federais e três senadores”.

Conforme afirma Moraes (2007), no que tange às questões sociais, os pentecostais apresentam outra postura em relação aos protestantes e católicos. Agora, bem mais flexíveis e ajustáveis a discussão, conseguem dar outro rosto a postura política no estado de Goiás.

O deputado estadual Samuel Almeida afirma categoricamente em entrevista, que em se tratando de Assembleia de Deus em Goiás na política, os candidatos entram com o “carimbo” de que é assembleiano, o que lhe assegura a candidatura, sendo decisiva em qualquer eleição.

Ao observar o campo político em específico, é possível afirmar que nos últimos anos, “o país tem se destacado entre as sociedades latino americanas pela importância crescente da ação direta dos religiosos e membros de comunidades pentecostais na arena política” (BURITY; MACHADO, 2014, p. 601).

3.2.2.1 De “crente não se mete em política” para “irmão vota em irmão.

A década de 90 é caracterizada aqui como a fase da mudança característica de novos sentidos em relação as Assembleias de Deus e a política partidária no Estado de Goiás.

Agora, devido as observações adquiridas com o decorrer do tempo, as Assembleias de Deus em Goiás se apresenta com alguns representantes para construir um novo rosto da igreja no cenário político.

Ao ouvir os pastores presidentes como também os parlamentares eleito pelo apoio da igreja, apresenta um convencimento de que há, em certo sentido,

³⁹ O Censo demográfico apresenta o crescimento dos pentecostais em 6,6% em 1980. Já em 1991 chegam 9% , 15,4% em 2000, e chegando em 2010 com 22,2%.

acordos entre ambas as partes. Um processo de particularidade se mostra com muita propriedade.

Ao eleger um candidato da igreja, afirma os pastores entrevistados que, além desse candidato ser um "irmão de fé", quando a igreja precisar de algo em específico, recorrerá a este candidato, que o mesmo procurará meios para socorrê-la.

Em todas as entrevistas, os pastores não concordam que existem práticas como currais eleitorais ou clientelismo⁴⁰, porém, as afirmativas se apresentam um tanto contraditórias, pois o irmão candidato é, ao mesmo tempo o irmão de fé e portanto, quando eleito, a igreja por tê-lo eleito, torna-se para o fiel, prioridade última.

A partir de 1990 em Goiás alguns deputados assembleianos começam a escrever sua história política. Nomes como Samuel Almeida, Daniel Messac, Thiago Peixoto e posteriormente, João Campos. Destes deputados acima, apenas Samuel Almeida e João Campos, que não participa como candidato nesta década, cederam tempo para entrevista. Abaixo, a entrevista, na íntegra sobre a inserção dos assembleianos na política nessa década:

O deputado João Campos, afirma na entrevista dia 14 de Julho do ano de 2015 que:

a Constituinte é significativa para tal transformação. Apesar do receio em inserir na política, essa abertura fez com que as lideranças estimulassem a ter candidatos próprios e a cada dia tem sido consolidado no meio evangélico. Historicamente, nós temos em Goiás em termos de conduta e comportamento bem positiva entre os parlamentares evangélicos. Os pastores presidentes que apoiam candidatos exercem um papel muito importante na eleição, estimulando e apoiando o membro do segmento a eleger o candidato da sua igreja.

⁴⁰ O "Curral eleitoral" é uma expressão utilizada por [historiadores brasileiros](#) na [República Velha](#) que indicava uma região onde um [político](#) possuía grande influência, é bastante conhecido ou onde é muito bem votado. Informações disponíveis em > https://pt.wikipedia.org/wiki/Curral_eleitoral

O deputado federal acredita que essa mudança no ethos pentecostal⁴¹ é muito mais do que uma transformação de comportamento, e sim, em suas palavras “uma lição de democracia”. Para ele, não há de forma alguma, jogos de interesse ou articulação de poder ao apoiar o candidato da igreja.

Um dos fatores que podem ser observados aqui é que ao entrevistar os pastores e candidatos eleitos pelo apoio da igreja, eles não se sentem à vontade em discutir a opinião da igreja em décadas anteriores quando o assunto é política. Há, de certa forma, uma fuga relacionado a este tema, sendo justificada como falta de informação ou sabedoria de Deus naquele momento que guiava os pastores, respaldando sempre na bíblia onde afirmam que há tempo para todas as coisas e este e que pra tudo há um propósito.

Existe duas formas de perspectiva aqui salientadas. A primeira é referente aos membros assembleianos que compreendem essa mudança de forma aleatória e histórica. Como os tempos mudaram, a igreja também mudou e portanto tem galgado posições de destaque, justificadas até pelas perseguições que os evangélicos sofreram no passado em relação as igrejas históricas.

Boa parte dos integrantes das ADs não percebem essa radical mudança como algo que já estivesse na agenda dos pentecostais, como sendo algo estrategicamente planejado. Para eles, não há uma estratégia bem definida e estabelecida pela igreja. Uns contra, outros a favor, mas preferem ouvir a voz de seus pastores do que desobedecer.

A segunda se refere aos pastores que, ao olharem para a postura da igreja no passado, afirma que de fato os pastores tinham tais ações de ascetismo em relação a igreja e política, mas sempre orientados pela ação do “espírito santo” em todas as decisão.

A opinião de Samuel Almeida⁴² que foi deputado estadual nesta década, e que foi eleito devido o apoio das ADs em Goiás, compartilha de opiniões semelhantes, mas classifica com maior clareza que:

A participação dos evangélicos na década de 80 ainda foi uma participação muito tímida, por que era ensinado nas igrejas que política não era coisa de Deus e sim do diabo, e portanto, um terror. A insistência do ex deputado federal e pastor Antônio de Jesus Dias em permanecer na política mesmo sendo assembleiano é crucial para a força dos evangélicos. De 1990 a 2000 surgem novos horizontes que, onde eu apareço como candidato a deputado estadual, desconhecido e ganhando as eleições numa chapa de oposição.

É fácil perceber a extrema e radical mudança comportamental dos pentecostais quando o assunto é política. Na tentativa de observar o processo de politização dos pentecostais na atualidade, Burity afirma que a ascensão dos pentecostais na política se dá justamente pelos acontecimentos pós regime militar que, por exemplo, diminuiu significativamente:

A repressão ao movimento sindical e aos movimentos sociais populares. Esse impacto significou pelo menos três coisas para o pentecostalismo: a) a percepção da oportunidade de sair da invisibilidade e reclamar o acesso à esfera pública institucional que outros setores emergentes começavam a ter; b) a emergência de uma agência interna empurrando a publicização como caminho para a saída da condição de minoria política[...] c) a confrontação com os setores mais “avançados” dos movimentos sociais (BURITY; MACHADO, 2014, p. 604).

Os pentecostais ganham força e expressividade nos espaços sociais por causa dessas influencias e transformações que, de certa forma, modificam o padrão cultural, oferecendo possibilidade de visibilidade, sobretudo, visibilidade política.

Esta fase é significativa pois reconfigura a identidade assembleiana no que diz respeito a política no Estado em duas partes . A primeira é o (re) conhecimento e a segunda é o (des) conhecimento. A primeira é (re)

⁴² O ex-deputado estadual Samuel Almeida me concedeu entrevista no 15 de Novembro de 2015 na igreja Assembleia de Deus no setor Fama em Goiânia-GO.

conhecimento legítimo dos pentecostais e assembleianos em específico, que agora não mais invisíveis, penetram nas camadas das políticas partidárias com todo ímpeto.

Agora, nas palavras do deputado Samuel Almeida, “deixando a timidez de lado”, investe no jogo político com bastante empolgação. Essa realidade não é apenas goiana, mas sobretudo brasileira. As ADs eram invisíveis politicamente falando, no sentido de não se expressarem declaradamente na década anterior. De certa forma, há relatos de protestantes na política goiana mas, as ADs ainda se resguardava em justificativas teológicas.

Nesta fase, a abertura política propõe aos assembleianos a oportunidade de demonstrarem seu poder e sua força, principalmente em relação as outras igrejas do segmento evangélico, se posicionando em recordes de votos com candidatos até então desconhecidos, como foi o caso do deputado estadual Samuel Almeida, que em 1998 que foi eleito sem ter carreira política estabelecida no Estado e sem experiência de atividade política de longo prazo, pois era, neste ano citado, o candidato goiano eleito de menor faixa etária.

Reconhecer as Ads na política partidária em Goiás remete em primeira via, percebê-la como pertencente de uma nova roupagem. Agora, bem mais flexível e ajustável as transformações e impactos político-sociais, propõe perspectivas sólidas e consistentes em relação à postura, tanto de escolha partidária, como de escolha de seus candidatos específicos.

A identidade que está sendo apresentada aqui e que entra no processo de transformação, diz respeito a forma como as Ads era percebida, de forma geral e abrangente, num senso comum, como a igreja fechada, exclusivista e vexatória, onde os usos e costumes era um dos principais fatores de classificação desta face assembleiana. Práticas estas que não são percebidas como característica no comportamento da igreja, e que perdeu espaço, como por exemplo, para o protagonismo político. As Ads em solo goiano são compreendidas com maior propriedade como a igreja protagonista em atividades políticas do que a igreja dos deserdados e oprimidos.

A segunda reconfiguração da identidade assembleiana é apresentada aqui como sendo a igreja que a si mesmo se desconhece. Esta é uma característica, que pode ser percebida com maior facilidade, somente por pessoas que investigam a fundo as Ads como objeto sociológico.

Significa postular que por parte dos membros da igreja, perceber tal capacidade é um tanto complicado. Não que os integrantes e participantes das Ads sejam ignorantes e leigos em relação a sua capacidade e que, portanto, não têm eles, noção de sua representatividade em Goiás, mas significa afirmar que, no que tange ao assunto relacionado a eleições, não faz parte de sua disposição, racionalizar tal prática, filtrando-a, percebendo assim, se de fato, suas decisões na hora do voto poderiam ser melhor utilizadas ou talvez, focalizadas em outras perspectivas e motivações que não fossem apenas religiosas.

Citando aqui a igreja como detentora de sua capacidade decisiva, está incluído, também os agentes religiosos e pastores pois, seu papel é de suma importância para a orientação e o direcionamento em relação ao candidato escolhido.

Tanto o (re) conhecimento como o (des) conhecimento fazem parte de um processo de transformação que se instaurou nas decisões das Ads sobre política, a partir de 1990, e que está presente nas eleições, sendo, portanto, decisiva em cada fase da política goiana.

3.2.2.2 A teologia política e a política teológica: Justificativas sobre a inserção dos assembleianos na política.

O processo de inserção no campo político se organiza sem necessariamente, neutralizar as reflexões teológicas. O discurso teológico pentecostal de fuga do "mundo" ainda se mantém, porém, com ênfases novas, carregadas, conseqüentemente, de novos sentidos. Ricardo Mariano percebe que:

durante décadas, os pentecostais promoveram forte desvalorização do mundo. Contra ele, procedentes da matriz puritana, como meio de assegurar costumes e hábitos que os conduzissem à salvação ou à

certeza de estarem salvos no outro mundo, libertando-os do sofrimento de uma vida de privações. [...] Com o rápido processo de modernização do país [...] a dessectarização tomou corpo em diversas igrejas pentecostais. (MARIANO, 2005, p. 148).

Com a expressividade da teologia da prosperidade, as forças de destaque de construções doutrinárias ganham prioridade, encontrando um espaço central na tessitura teológica. Como observa Mariano (2005, p. 147) a teologia da prosperidade traz o celeste porvir para o terrestre presente.

Recorrer a teologia para explicações serve como um código religioso, onde as formas simbólicas de se jogar, multiplicam e dão sentido para ações específicas.

Uma das propostas de construção dogmática preponderante no campo religioso pentecostal, foi justamente o constante anúncio da segunda vinda de Cristo que, além de resignificar a teodicéia do sofrimento, criava expectativas para a continuidade no cotidiano, ancorada numa esperança vindoura.

Afinal, o desencantamento por este mundo se instaura, pois ele está irremediavelmente, sem solução, e sendo assim, Alencar (2005, p. 64) “por que tentar alterá-lo? Alguma democracia, nenhuma democracia ou total ditadura faz alguma diferença? Não. A mansão no céu, sim”.

Na maioria das vezes, a escapatória que serve com justificativa racionalizada para a ação da religião em espaços públicos, são estratégias de linguagem teológica, pois como apresenta Baptista (2007, p. 264), os “parlamentares foram pegos apanhados em corrupção, a Igreja recorreu à explicação teológica para esses escândalos”, afirmando ser influencia demoníaca.

Estabelecendo as íntimas relações entre escatologia e política, Rocha (2012) afirma que os pentecostais desejam que a situação piore, rapidamente para que Cristo volte logo.

As concepções teológicas categóricas de manutenção da fé pentecostal inicial, como a volta iminente de Cristo e a glossolalia, encontra-se com

bastante descrédito e deslocada da prática de seus fiéis. Mas, como observa Baptista (2007, p. 194), “o envolvimento na política se deveu a outros fatores, como defesa de interesses institucionais, mobilização de recursos para garantirem condição mais vantajosa no jogo competitivo do mercado religioso”.

O campo político seria, nesse sentido, o espaço público que oferece destaque e capacidade de se mostrar capaz de propagar algumas ideologias religiosas e comungar de interesses particulares bem específicos.

A intencionalidade dos evangélicos, quando dentro do campo político se mostra, em sua maioria, protetores de valores, como preservação ao perfil tradicional familiar, costumes, restrições à sexualidade, liberdade de culto. A grosso modo, os pentecostais “em seus discursos teológicos, os pentecostais ainda desprezam o mundo, mas na prática política fazem questão de receber reconhecimentos”. (BAPTISTA, 2007, p. 194).

Nas discussões entre os políticos pentecostais, os interesses ideológicos que a igreja crê e defende, destaca-se a luta contra o aborto, a união civil entre os homossexuais, e a pornografia nos canais abertos de televisão.

Percebe-se, com bastante ênfase, as prioridades defendidas pelos evangélicos, carregada de exclusivismo e particularidades extremadas pelos próprios interesses. Especificamente sobre o aborto, Freston afirma que:

Neste assunto, o grupo pentecostal era mais alinhado com a orientação da CNBB do que os próprios católicos. A “defesa da vida desde a concepção” recebeu voto favorável de 93% dos pentecostais, 46% dos protestantes e apenas 22% de todos os parlamentares. A excessão pentecostal era a deputada Benedita da Silva, filiada à Assembleia de Deus. Baseada em experiência própria, ela explicava que quando era empregada doméstica, optou por fazer um aborto “porque não tinha a menor condição de receber o [seu] filho naquela época. [...] Os pentecostais eram tão enfáticos nessas questões ligadas a costumes, eram omissos e insensíveis para os grandes problemas da injustiça social. (BAPTISTA *apud* FRESTON (2007), p. 231).

O deputado João Campos quando entrevistado na câmara dos deputados em Brasília, afirmou que, é deputado evangélico pela força e incentivo das ADs mas sua prioridade não está apenas ligada as temáticas defendidas pela igreja. Ele, enquanto pastor de título e deputado federal defende outros temas que não são prioridades da igreja como a redução da maioria penal, mas afirma que, como cristão precisa lutar por seus ideais que acredita e isso não é apenas assunto eclesialístico, mas de qualquer cidadão de bem. Em suas palavras:

A igreja não tenta impor os seus dogmas e a sua lei de forma nenhuma. O Estado tem a sua lei que é a Constituição que é a carta Magna, e os evangélicos tem a sua lei, no caso dos evangélicos, que é a Bíblia Sagrada, e cada um se respeita.

O deputado João Campos afirma que tem a liberdade em defender os ideais religiosos, respaldados na lei chamada "objeção de consciência"⁴³ que, em certo sentido, permite a inviolabilidade de qualquer crença. Se justifica afirmando que isso não é nada mais do que a laicidade do Estado.

Abandonar as práticas ascéticas e acolher propostas políticas tem feito do movimento pentecostal do que Burity (2014, p. 606), chama de religião pública.

Carregada de intromissões e posições partidárias, as igrejas pentecostais tem apresentado continuidade na sua caminhada rumo ao domínio no campo político, despertando interesse em outras denominações que não tinham atentado para atividades diretas nesse campo de poder.

Correspondendo a grande escala de inserção dos pentecostais nos ambientes políticos, inicia-se uma disputa no campo religioso que:

ampliou a força política do grupo e conseqüentemente, acirrou as disputas no interior do campo evangélico fazendo com que outras igrejas criassem espaços de debate, socialização e organização das

⁴³ Objeção de consciência baseia-se no inciso 8 do artigo 5º da [Constituição](#), segundo o qual ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política. Informações mais extensas sobre a referida Lei está disponível no site: <http://jurisway.jusbrasil.com.br/>

iniciativas no campo da política eleitoral.(BURITY *apud* FRESTON, 2014, p. 606).

Esta radical transformação pode ser percebida principalmente a partir da década de 70. Falar de política entre os evangélicos já não é apenas um “tabú” mas, sobretudo, um assunto “extremamente espiritual”, já que o “Espírito Santo” é quem guia todas as ações e decisões, incluindo as decididas politicamente.

Por mais que, em determinadas ocasiões, o discurso contradiz a postura ideal, todo o envolvimento político, como afirma os pentecostais, são orientados pela ação do “Espírito Santo”. Afinal, “O Espírito Santo, que fala por intermédio dos pastores, mostrará a realidade” (1999, p. 104).

Alguns veem na política múltiplas oportunidades de crescer hierarquicamente e construir carreiras sólidas, pelo menos enquanto dure o poder, pois até onde pode-se perceber, a intenção é, conforme César; Shall, (1999, p. 102) “dar testemunho cristão e transformar a sociedade”.

Nessa perspectiva, o crente, segundo a ideologia pentecostal, vive em retidão conforme a “luz do Espírito”, Já aquele que não crê, “vive na escuridão”.

A experiência na comunidade eclesial sobre as relações de poder é transferida para o campo político. Baseado em Bourdieu (2011), o poder político adquirido é um resultado daquilo que a própria força comunitária pode oferecer.

Há uma legitimidade própria da denominação onde a força carismática torna se responsável pela identificação no campo do poder político e, conseqüentemente, a ação politizadora que este campo propõe.

3.2.3 A terceira da fase do envolvimento dos evangélicos na política goiana - A conquista definitiva na política em Goiás (1998-2010).

Se esta pesquisa apresenta o pentecostalismo e sua inserção na vida pública pela política, é necessário apresentar aqui, como esta de dá, e quais

são as vias específicas que caracterizam a forma de atuação, tanto das igrejas, como dos partidos políticos.

Tanto as três décadas aqui apresentadas fazem parte de um novo cenário em Goiás. A primeira década apresentada classificou a gênese da inserção na política partidária, apresentando percalços e desafios iniciais. A segunda década, classificada em 1990 propõe formados um tanto desafiador sobre a força da igreja em se perceber como atuante em outros espaços que não fosse somente o religioso.

Agora, a última década aqui classificada, é apresentada principalmente como a década do trabalho e do mover das potencias religiosos direcionadas para o foco, e este é o político partidário.

Se o desafio na década de 80 seria romper com o preconceito e limitações das igrejas e seus respectivos pastores, e o desafio da década de 90 seria a dificuldade em criar novos significados sobre o envolvimento da igreja na atuação política, a partir do ano dois mil, a prioridade é encontrar a estratégia mais viável e convincente possível, que possa obter êxito, tanto em relação aos pastores e seus membros, como dos partidos e os candidatos.

Não há nada impensado. Tudo passa agora pelo viés da estratégia, sempre bem estudado e arquitetado. Não há inocência ou ingenuidade quando o assunto é igreja e política, e em se tratando de Assembleia de Deus, a realidade mantém-se da mesma maneira.

3.2.3.1 A “divina política” das Assembleias de Deus em Goiás.

O termo “divina política”⁴⁴ é tomado da socióloga Regina Reyes Novaes, onde ela apresenta algumas propostas e abordagens sobre a delicada relação entre as igrejas evangélicas e outros ambientes como política, mídia e etc.

⁴⁴ Esse termo “divina política” é apresentado no artigo de Regina Novaes disponível em <http://www.usp.br/revistausp/49/05-regina.pdf> onde ela organiza a problemática relação entre religião que vem da ordem simbólica e privada e a política e a relação com a vida pública.

Nesse texto, é tomado o termo “divina política” especificando categoricamente, a política partidária como espaço sacralizado pelas ADs. Nessa fase, a política em Goiás aparece, não como algo profano e digno de recusa, mas sobretudo, como o caminho para a propagação do “reino de Deus”, pois conforme afirma Novaes (2001, p. 74), a igreja afirma que “o político evangélico é mais confiável e honesto que os políticos em geral”.

Se tem uma afirmativa que é digna de crédito é a que, conforme Baptista (2007, p. 268) , a sociedade política e o mundo acadêmico não pode mais ignorar a presença desses novos agentes religiosos com ambições de maior participação no processo democrático brasileiro”, pois, de certa forma, a política em Goiás tem ganhado um novo rosto de identificação, e este novo rosto exige também um novo formato, bem ajustado e sintetizado, conforme os ideais das igrejas. Este novo rosto diz respeito a forma como ela tem sido percebida, tanto pelos evangélicos como pelos goianos em geral. No meio do segmento pentecostal conforme Baptista (2007, p. 265), “encarar a ascensão social como sinal de benção” pois nessa perspectiva, estando abençoado, possibilita abençoar os outros ao seu redor.

Por mais que um determinado candidato não tenha o apoio de um segmento religioso em específico, é necessário, para o sucesso de sua candidatura, que ele procure, o mais rápido possível, se encontrar, e talvez, se ajustando as legitimidades que a igreja propõe, pois como apresenta Novaes (2001, p. 77), “as igrejas evangélicas têm alto índice de frequência e são vistas como celeiros de eleitores congregados”, facilitando assim o trabalho dos candidatos.

Regina Novaes (2001, p. 75), afirma que “em 2000 vários candidatos declinaram suas religiões nos guias eleitorais” e os motivos são vários. Alguns, por busca de acordos políticos, outros por interesses particulares, mas a realidade é que em nome da busca pela conquista do poder, as igrejas evangélicas são o refúgio dos candidatos.

Ao entrevistar Valteir⁴⁵ que é secretário do deputado João Campos na cidade de Goiânia, foi possível perceber como os espaços de planejamento político não trabalham inconscientes em relação as abordagens nas igrejas. Na realização da pesquisa de campo, todas as igrejas procuradas apresentavam a mesma dificuldade que é apresentar fontes seguras que relatassem informativos sobre a quantidade de igrejas ligadas ao campo ministerial, quantidade de membros, candidatos eleitos pela determinada igreja. O único lugar que tinham essas informações organizadas e detalhadas eram os escritórios dos deputados.

Mapeamento das igrejas por bairro, nome dos pastores e suas respectivas esposas, ministérios mais e menos influente em Goiás. Fontes informativas sobre as igrejas Assembleias em Goiás que, de certa forma, o lugar mais apropriado para se conseguir tais informações seriam as próprias igrejas, na verdade, quem são detentoras dessas informações, de forma organizada, são os gabinetes eleitorais.

A intenção aqui não é desmerecer as igrejas e muito menos os partidos políticos. O motivo em afirmar tal situação aqui é classificar que não há ingenuidade quando o assunto é igreja e política pois, existe sim, pelo menos por parte dos partidos políticos, uma agenda pré-organizada, estrategicamente classificada.

O envolvimento das Ads na política goiana é estratégico e articulado por vários caminhos. A ideia é que, se a política está irremediável, os candidatos evangélicos podem ser a oportunidade para transformar a realidade, defendendo, sempre que possível, os ideais da igreja e sua bandeira, através dos discursos e das temáticas pré-estabelecidas por suas respectivas igrejas.

⁴⁵ O Sr Valteir que é secretário do deputado João Campos no dia 02 de Dezembro de 2015 às 13:11 em entrevista no escritório do deputado, me cedeu a lista de igrejas divididas e mapeadas por Campos ministeriais organizados com todos os nomes dos respectivos pastores presidentes. O fato que pode ser observado aqui é que essas informações sobre a quantidade de igrejas e Campos ministeriais não consegui em nenhuma igreja sede visitada, e curiosamente, quem tinha todas essas informações era o deputado João Campos.

Conforme afirma em entrevista⁴⁶, o pastor Josué Gouveia, que é presidente do Ministério Vila Nova em Goiânia:

Nós vivemos atualmente algumas conturbações no município e na câmara federal que desenvolvem leis que podem atrapalhar o andamento da igreja. Inclusive, quando eu fui vereador aqui em Goiânia no ano de 2005 a 2008, a prefeitura mandou plano diretor que vinha com várias situações que impediam o crescimento da igreja, no qual estabelecia uma lei em que as igrejas poderiam ser construídas apenas em avenidas em duas vias, situação que não poderia se dar de forma nenhuma pois as igrejas não teriam capacidade pra realizar tal situação. Outra lei defendia que as igrejas deveriam desenvolver impacto de acústica, outra coisa também que as igrejas não conseguiriam realizar, então, sendo Vereador da igreja, defendi com unhas e dentes contra a aprovação da lei. A imprensa me pressionou e afirmei que defenderia pois fui eleito pelos meus irmãos é lógico que eu tenho que defender.

Os candidatos evangélicos goianos tem se mostrado bastante presente, sempre na defesa, em primeiro lugar, dos ideais da igreja, como afirma o Vereador Fabio Lima que as vantagens em incentivar os irmãos da igreja a votarem no candidato da igreja é “representar os interesses da comunidade cristã evangélica diante do poder público e segundo, na visão social ampla da cidade na questão relacionada a saúde e recuperação de dependentes químicos.”

É interessante notar que, há uma certa confusão ao compreender quais são as propostas políticas. É perceptível na fala dos parlamentares entrevistados que aquilo que é definitivamente temáticas centras de defesa da igreja, é também prioridade do Estado.

A inserção das Ads no campo político está presente e é representativa em Goiás e isto é perceptível. Uma das características que podem ser observadas atualmente e que, de certa forma, não é somente em Goiás que, ser político e ser assembleiano são vantagens que se encontram nesse jogo de articulações.

⁴⁶ Entrevista realizada no dia 16 de Outubro de 2015 às 16:00 horas no gabinete do pastor Josué Gouveia.

Há dois exemplos que servem para apresentar aqui que se mostram bem atuais sobre os parlamentares e as Ads. O primeiro é do atual presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha que era a Igreja Evangélica Sara Nossa Terra e que contou com o apoio da mesma para a eleição, deixa sua igreja de origem e agora passa a ser membro da Assembleia de Deus ligada ao ministério madureira⁴⁷

Entre risos e brincadeiras, o deputado João Campos, comentando sobre o Eduardo Cunha e sua ida para as Ads, em entrevista realizada em quatorze de Julho, apresentando de forma irônica, o poder do político representativo e, portanto assembleiano, diz que:

deputado das Assembleia de Deus do Ministério Madureira, atualmente são dois. Antes tinha apenas eu e agora o Eduardo Cunha. Em brincadeira os outros parlamentares afirmam que quem é da Madureira “não é crente não”. Mas, agora o Eduardo Cunha passou para a Assembleia, eu sempre digo “O presidente da casa (Eduardo Cunha) é Madureira, fala alguma coisa aí pra vocês vê”. Sempre em tom de brincadeira, é claro.

A questão não é desmerecer a conversão do deputado Eduardo Cunha ou apresentar aqui possíveis pretensões, mas acima de tudo, é afirmar que se existe uma motivação para tal migração de uma igreja para outra, esta não se deu de forma ilegítima ou neutra.

Não é novidade para ninguém que as Ads é a maior denominação pentecostal em território brasileiro e que tem pretensões políticas bastante perceptíveis. Outra situação é o apoio da estrutura eclesiástica nas candidaturas.

A liderança da igreja evangélica atualmente se mostra presente e atuante, caracterizando as formas e os métodos de atuação dos candidatos da

⁴⁷ O deputado Joao Campos em entrevista no seu gabinete em Brasília, afirma que após as eleições, o presidente da Camara Eduardo Cunha resolve passar para as Ads no Estado do Rio de Janeiro, presidida pelo pastor Abner Ferreira, filho do Pastor e Bispo Manoel Ferreira, presidente da CONEMAD. Quanto a sua atuação na igreja, algumas polêmicas se apresentam como lavagem de dinheiro e recebimento de propina através da conta da igreja Assembleia. Estas informações estão disponíveis em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/08/20/cunha-recebeu-propina-por-meio-da-assembleia-de-deus-diz-pgr.htm>

igreja. Presente no que diz respeito as particularidades de cada igreja em relação a cada candidato específico, e atuante em relação à postura de seus membros e como eles se posicionarão em períodos eleitorais.

Se uma determinada igreja tem como membro alguém tão representativo como o presidente da câmara Eduardo Cunha, essa representatividade oferece à igreja, força política e a si mesmo, capacidade numérica de possíveis novas candidaturas.

Nesse jogo político com as igrejas evangélicas, quanto melhores aliados, mais atrativo o jogo se torna, tanto na escolha dos candidatos, como na forma de analisar a ação das igrejas na política.

3.2.3.2 A prioridade política dos atores religiosos.

Se não há, conforme os pastores entrevistados, uma estratégia pensada da igreja de controle ou de utilização do poder para fins específicos dentro da arena política partidária, então, uma problemática surge com um tom, um tanto digno de reflexão.

Essa prioridade está se referindo a capacidade dos agentes político-religiosos das Ads em Goiás de se atentarem para a disposição em atingir os mais altos níveis políticos do país, como por exemplo, a presidência.

Os pentecostais, em específico, as Ads, em comparação as igrejas protestantes históricas, demoraram permear diretamente o terreno político, e nesse sentido, conforme Baptista (2007, p. 267), ´´pode se afirmar que, pelo seu modo de ser, politizaram o pentecostalismo e pentecostalizaram a política´´, pois o processo de mudança exigiu, tanto do terreno político, como dos espaços religiosos, necessidade de ajustes e adaptações.

O que pôde ser percebido, ao decorrer dessa pesquisa é que, aparentemente, a prioridade das Ads na sua atuação política recorrem à inserção nas atividades políticas pelo legislativo. Por mais que todos os espaços de poder da política em geral são atingidos pelos evangélicos, ao que se pôde observar, o foco das Ads em Goiás, recaí para o Legislativo.

A justificativa se dá pelo fato da própria instituição religiosa se perceber como portadora desse potencial decisivo na política em Goiás, pois, conforme todos os parlamentares e pastores entrevistados, concordam que as Ads em Goiás comporta essa capacidade, por se tratar de uma igreja que, em seu contexto histórico e social, é preponderante em número de fiéis evangélicos.

Em Goiás, como já foi citado, há duas Convenções de dividem o poder, a CONAMAD, que tem seus deputados estaduais e federais, indicados pelo bispo Manoel Ferreira ou pelo pastor presidente do campo e a CADESGO que, até então, no Estado tinha alguns vereadores de apoio, porém, ocupava a política com pouca ousadia. Até agora, pois, conforme fontes obtidas no escritório do deputado João Campos⁴⁸, a CADESGO tem como candidato a deputado estadual João Pereira da Silva Junior, filho do pastor Joao Pereira da Silva é o candidato oficial da CADESGO.

A afirmativa aqui não é taxar a Ads como uma instituição pretenciosa em Goiás, que visa alcançar as camadas de poder, mas sim, afirmar que ela, enquanto detentora de boa parte da influencia política dos seus candidatos oficiais, não age ingenuamente, e sim, de forma estratégica planejada, com uma agenda política pré estabelecida.

A discussão que serve como reflexão aqui é se há uma agenda pré estabelecida pelos pastores assembleianos. E a resposta é que, pode se perceber que pelas respostas e afirmativas, tanto dos pastores como dos candidatos da igreja que foram entrevistados é que há sim, um agenda que, aparentemente, leva a crer que essa agenda caminha pelo Legislativo.

O deputado estadual Samuel Almeida que em entrevista, afirma que a partir do ano dois mil, a representatividade política dos assembleianos em Goiás pelo Legislativo é expressiva e significativa, citando a candidatura do deputado federal João Campos, Daniel Messac como deputado estadual e

⁴⁸ Estas informações foram obtidas no dia 02 de Dezembro de 2015, no escritório do deputado João Campos na Rua Dr. Otinto Manso Pereira, n 960 – Setor Sul. Valteir, que é secretário do deputado e pastor, só disponibilizou esses materiais, pois o deputado autorizou pessoalmente.

Lívio Lucio⁴⁹, também como deputado estadual, que era membro da Igreja Cristã Evangélica no setor de Campinas em Goiânia⁵⁰. O ex deputado Lívio Luciano deixa sua igreja de conversão junta-se a Assembleia de Deus ministério Catedral da família, ligada a CONAMAD.

O pastor e ex deputado estadual, Samuel Almeida ainda afirma que estes parlamentares das Ads citados, principalmente Lívio Luciano, são atuantes e dignos de seu elogio, devido ao trabalho realizado em Goiás⁵¹.

A atuação dos agentes políticos das Assembleias de Deus em Goiás não é nada sutil. Ela se mostra e se apresenta, frequentemente, a partir do ano dois mil, contribuindo radicalmente para uma nova realidade vital no cenário da política goiana.

⁴⁹ O ex deputado estadual Lívio Luciano, conforme as fontes <http://www.dm.com.br/politica/2016/02/suplente-de-deputado-do-pmdb-de-goias-assume-secretaria.html> é formado em agronomia pela Universidade Federal de Goiás, ele é auditor fiscal e servidor de carreira da Sefaz-Go e atualmente é integrante das Assembleias de Deus Ministério Catedral da Família ligada ao ministério CONEMAD.

⁵⁰ A biografia de Lívio Luciano está disposta em <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1263> onde é apresentado uma constante carreira política do parlamentar.

⁵¹ Entrevista realizada após uma celebração de culto na sua igreja de origem do Ministério Fama.

CONCLUSÃO

As Assembleias de Deus, no plural como prefere Alencar (2013), estão por toda parte. Em cada estado, em cada cidade nesse Brasil afora, há sempre uma “igrejinha” com peculiaridades que, mesmo fazendo parte da mesma convenção ou ministério, se propõe a moldar o imaginário do pentecostalismo brasileiro. Compondo, como se fosse uma sinfonia, ainda que às vezes “fora do tom”, as ADs escrevem sua história, seja escondida nas cidades interioranas, repleta de rastros marginais e exclusivistas, seja situada nos grandes centros, cheias de luxo e glamour, lá estão elas, marcando os espaços sociais com propriedade.

Com perfis doutrinários confusos, complexas e distintas formas de institucionalização e de implementação, com disparidade nos modelos e formas de liderança religiosa, esta é a Assembleia de Deus no Brasil; e em Goiás não é diferente. Justamente porque plural e diversificada, essa igreja tem se mostrado um objeto de estudo desafiador e instigante.

Na capital do Estado de Goiás, entre as paredes de madeira do barracão que os operários construíam para guardar ferramentas, começa uma história própria, misturada à fluidez dos acontecimentos da época. Goiás passa por um processo de desenvolvimento e surgem novos acontecimentos políticos, abraçando as propostas da modernidade. A nova capital exige novos horizontes e novos atores no campo religioso, e nesse processo de flexibilidade social, tanto ideológico quanto estrutural, a nova mensagem pentecostal das Assembleias de Deus se encaixa no processo e lentamente vai consolidando sua presença no contexto goiano.

A capacidade de fincar raízes e estar presente em solo goiano por mais de sete décadas é uma prova de que as ADs, enquanto instituição religiosa, são capazes de construir uma identidade social perceptível no tempo. Enquanto organização religiosa no Estado de Goiás, as ADs oferecem ao campo das Ciências da Religião, um rico campo de investigação sociológica. Primeiro, porque se trata de uma igreja que se mantém viva. Mesmo com tantas formas plurais, a AD ainda demonstra capacidade de continuar se

ajustando, proporcionando novos significados frente às frequentes transformações, recriando modelos de ser e fazer igreja, satisfazendo a todos os gostos e estilos inclusive.

Em segundo lugar, porque as ADs se tornaram historicamente em seu conjunto a maior denominação pentecostal do Brasil, fazendo de si mesmas, um espaço de multiplicidade investigativa. A igreja, enquanto objeto de estudo sociológico, tem conseguido se reciclar continuamente, apresentando em cada situação específica um comportamento característico, como é o caso do seu envolvimento com a política.

Este envolvimento das Assembleias de Deus tão direto e crescente a cada década na política em Goiás se apresenta, inclusive na atualidade, como um perfil da identidade pentecostal. Identidade, no sentido de criar um registro que possa ser percebido a partir de tais comportamentos e comprometimentos com as práticas políticas, delineando seus caminhos de atuação. No contexto goiano é impossível discutir qualquer assunto relacionado às Assembleias de Deus que não envolva, necessariamente, a política partidária.

Acompanhando o processo de desenvolvimento das Ads em solo goiano nas três décadas traçadas nesta pesquisa, a característica fundamental que pode ser percebida é que, de fato, há um crescimento contínuo do envolvimento da igreja com os grupos políticos e com a política partidária no estado. Retomando as ideias de Saulo Baptista (2007), em se tratando de poder, houve necessidade nas ADs de adaptação dos agentes religiosos aos agentes políticos e vice-versa.

Não é um rótulo criado através do desenvolvimento da pesquisa, mas sobretudo, um olhar sobre o comportamento da igreja e sua íntima relação com a política partidária em Goiás, pois, quanto mais o tempo passa, a igreja, influenciada pela sua liderança, reforça os elos que fortalecem seu poder simbólico no campo religioso regional, através de uma aliança com o poder político e com os grupos políticos dominantes no Estado.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu com o poder simbólico nos ajudou a perceber como a relação das ADs na política goiana é estabelecida em pura

relação de poder, esclarecendo a relação da liderança eclesiástica e sua atuação com os adeptos no processo de apoio em períodos de eleição.

Reconhecendo os espaços ocupados pela igreja e conseqüentemente, percebendo a realidade política em que se encontra, a tentativa recai sobre a perspectiva de que essa relação político-religiosa ou religioso-política é, sem dúvida, uma relação de poder que classifica, (re) significa e complementa, com bastante prioridade, essa caminhada investigativa. Este é um resultado em que a pesquisa pôde demonstrar, expondo a atividade religiosa ligada intimamente a atividade política partidária.

Nesse sentido é possível perguntar se as Assembleias de Deus seriam um possível quarto poder na política em Goiás. Na opinião das lideranças da igreja, com a exceção do pastor e ex deputado federal, Antônio de Jesus Dias, todos os entrevistados, sejam eles pastores ou parlamentares, deram uma resposta negativa. Para eles, seria pretensão fazer tal afirmativa, pois na sua opinião não é finalidade da igreja almejar o poder político.

Se é pretensão ou arrogância, nossa finalidade aqui não foi discutir essa questão. A questão que nos propusemos foi mapear, mostrar e analisar o contínuo entrelaçamento de uma igreja pentecostal com a política partidária num determinado contexto histórico e geográfico, no caso o Estado de Goiás, de 1980 a 2010. Acreditamos que o trabalho atingiu seu objetivo, mas pode servir também para instigar a continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo.(org.). *História da sociedade brasileira*. 18º Edição. Rio de Janeiro: Editora Ao livro técnico, 1996.

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembleia de Deus, origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. São Paulo, 2000.

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos diálogos, 2013.

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Protestantismo tupiniquim: hipóteses sobre a não contribuição evangélica à cultura brasileira*. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

ARAÚJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *“Fora do mundo” - dentro da política: identidade e “missão parlamentar” da Assembleia de Deus em Belém*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no congresso nacional (1999-2006)*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística*. Petrópolis, Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 15ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, n 3, 2014, p. 601 a 631.

BURITY, Joanildo A.;MACHADO, Maria das Dores C. (org). *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2006, p. 29-89.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil*. In:

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Bens culturais e poder simbólico: Algumas notas sobre a contribuição de Pierre Bourdieu para o ofício dos historiadores*. Tempos históricos, Paraná, v. 9, n 2, 2006, p. 75-116.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação calouste gulbenkian, v 2, 2003.

CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 1960.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. *Análise sócio-desenvolvimental do crescimento evangélico no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CÉSAR, Waldo; SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CORREA, Marina. *Assembleia de Deus: Ministérios, carisma e exercício do poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

CHAUL, Nasr N. Fayard. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: CEGRAF – UFG, 1988.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: A essência das religiões*. São Paulo: 5 tiragem, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira*. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.16, n. 01/2, p.26-45, jun.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas de São Paulo, 1993. Universidade de Brasília – UNB,

GARCIA, Marília. *O que constituinte*. 16 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1995.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIUMBELLI, Emerson. *A vontade do saber: Terminologias e Classificações sobre o protestantismo brasileiro*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: vol. 21 nº 1, p. 87-119, 2000.

GIUMBELLI, Emerson. *As religiões no Brasil nos anos 1950: Processos de modernização e configurações da pluralidade*. *PLURA - Revista de estudos de Religião*, UFRGS, vol. 3 nº 1, p. 79-96, 2012.

GOMIS, Moizeis Alexandre. *Quando samambaia pegou fogo*. Goiânia: Kelps, 2012.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: Uma modernidade possível. Coleção Centro Oeste de Estudos e Pesquisas*. Brasília: Editora UFG, 2002.

LEMOS, Carolina Teles. *Religião e tecitura da vida cotidiana*. Goiânia: PUC GO, 2012.

LÍGIA, Giovanna.(Org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. 2. ed. revista e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARIANO, Ricardo. *Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais*. Civitas, Porto Alegre, vol. 3 nº1, p. 111-125, 2003.

MARIANO, Ricardo; MOREIRA, Alberto da Silva. *Expansão, diversificação e transformação do pentecostalismo no Brasil*. In: MOREIRA, Alberto da Silva; TROMBETTA, Pino Lucà (org.). *Pentecostalismo Globalizado*. Goiânia: PUC GOIÁS, 2015.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. vol 01, São Paulo: EPU, 1974

MORAIS, Itelvdes José de. *Protestantes e Pentecostais em Goiânia: discurso e ação política*. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2007.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Sindicato dos mágicos: Pentecostalismo e cura divina*. SB Campo, Estudo da Religião 8, ano VI, p. 44-60, Out. 1992.

NOVAES, Regina Reyes. *A divina política: notas sobre as relações delicadas sobre religião e política*. Revista USP, São Paulo, n. 49, p. 60-81, março/maio 2001.

ORO, Ari Pedro. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis: Vozes: 1996.

OTTO, Rudolf. *O sagrado: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAULA, Vitor Aparecido dos Santos de. *Mudanças teológicas e participação política no pentecostalismo brasileiro*. Anais do simpósio nacional de História – ANPUH, São Paulo, Jun. 2011.

PEDDE, Valdir. *Cabeça sim; Calda não: Um estudo antropológico sobre os evangélicos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) UFRGS: 2005.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ROCHA, Daniel. *Venha a vós o vosso Reino: relações entre escatologia e política na história do pentecostalismo brasileiro*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

SANDES, Noé Freire. *Memória e Região. Coleção Centro-Oeste de estudos e pesquisas*. Brasília: Editora UFG, 2002.

SANTOS, Amador Carlos dos. *Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Goiás*. Goiânia: Kelps, 1992.

SENNA, José Júlio. *Tempos de Incerteza: A economia brasileira nos anos 80*. Rio de Janeiro: Científicos Editora, 1989.

SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Otávio G (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

SEGATO, Rita L. *Formação de diversidade: nação e opções religiosas no contexto da globalização*. In: ORO, Ari P., STEIL, Carlos A. (Orgs.). *Globalização e religião*. Petrópolis : Vozes, p. 219-248, 1997.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. *Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010, 2013*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 30 de Julho de 2015.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, 4ª edição, Unb, 2012.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1982.

ANEXOS

Os anexos estão dispostos da seguinte forma:

- Tabela das igrejas no Estado de Goiás ligadas a Convenção Nacional das Assembleias de Deus (CONAMAD)
- Tabela das igrejas no Estado de Goiás ligadas a Convenção das Assembleias de Deus no Estado de Goiás (CADESGO)
- Tabela obtida pelo secretário do deputado federal João Campos, Valteir Cardoso com o resultado das eleições de 2002 a 2014. Na classificação estão os deputados evangélicos eleitos no Estado de Goiás.
- Questionário realizado aos Parlamentares/Pastores com as perguntas relacionadas a relações sobre Igreja e Sociedade, Igreja e Política, Relações de gênero; Frente Parlamentar Evangélica; Parlamentares e liderança eclesiástica.

Doutor por Oides.

ASSEMBLEIA DE DEUS – MADUREIRA – CONEMAD-GO

Região	Cod.	CAMPO	PRESIDENTE
5 - Vale do São Patricio	1	Anápolis	Bertiê Adais Magalhães
2 - Oeste Goiano	2	Anicuns	Edmar Lopes Justo
4 - Vale do Araguaia	3	Araguapaz	Senivaldo dos Reis
2 - Oeste Goiano	4	Caipônia	Gersil Caetano Rosa
6 - Sul e Sudeste	5	Caldas Novas	André Lúcio dos S. Macalão
3 - Norte	6	Campinorte	Jose Antonio Moraes Preto
6 - Sul e Sudeste	7	Catalão	Eurípedes Pereira de Souza
5 - Vale do São Patricio	8	Ceres	Waldeci Batista dos Santos
3 - Norte	9	Crixás	Antonio de Almeida Rodrigues
2 - Oeste Goiano	10	Fazenda Nova	Vanderlan Nunes Martins
3 - Norte	11	Formoso	Deusdete Ribeiro Filho
5 - Vale do São Patricio	12	Goianésia	José da Silva Oliveira
1 - Grande Goiania	14	Campinas	Oides Jose do Carmo
1 - Grande Goiania	15	Fama	Abigail Carlos de Almeida
1 - Grande Goiania	16	Jardim América	Juvenil Saturnino Fernandes
1 - Grande Goiania	17	Jardim Esmeralda	Generino Rodrigues de Oliveira
1 - Grande Goiania	18	Catedral da Esperança	Samuel Brasileiro Filho
1 - Grande Goiania	19	Bethel	Gentil Rosa de Oliveira
1 - Grande Goiania	20	Setor Garavelo	Emivaldo Faustino da Silva
1 - Grande Goiania	21	Setor Pedro Ludovico	Neuton Pereira Abreu
1 - Grande Goiania	22	Vila Nova	Josue Rodrigues de Gouveia
4 - Vale do Araguaia	23	Cidade de Goiás	Valdiron Alves Coelho
6 - Sul e Sudeste	24	Goiatuba	Valdivino Rodrigues da Luz
2 - Oeste Goiano	25	Iporá	Ataul Alves Rosa
5 - Vale do São Patricio	26	Itaguaru	Liberino Marques Machado
4 - Vale do Araguaia	27	Itapirapuã	Deroci Barbosa Lima
5 - Vale do São Patricio	28	Itapuranga	Odilón Joares da Silva
5 - Vale do São Patricio	29	Jaragua	William da Silva
2 - Oeste Goiano	30	Jussara	Paulo Roberto de Carvalho
3 - Norte	31	Mara Rosa	José Fernandes Sobrinho
3 - Norte	32	Minaçu	Izaías da Silva Negrão
6 - Sul e Sudeste	33	Morrinhos	João Batista Pereira Varão
4 - Vale do Araguaia	34	Mozarlândia	Valmir Borges dos Santos
3 - Norte	35	Mutunópolis	Éison Alves dos Santos
1 - Grande Goiania	36	Nerópolis	Esdras Gonçalves do Amarante
3 - Norte	37	Niquelândia	Alvêssimo Pereira de Abreu
4 - Vale do Araguaia	38	Nova Crixás	Antonino Pereira de Sousa
2 - Oeste Goiano	39	Palmeiras	Euripedes Marciano de Oliveira
2 - Oeste Goiano	40	Piranhas	João Bonifácio F. da Fonseca
6 - Sul e Sudeste	41	Pires do Rio	Widamarks Luis de Oliveira
6 - Sul e Sudeste	42	Pontalina	Jose Vandelô de Almeida Lara
3 - Norte	43	Porangatu	Marcivon Neres de Oliveira
5 - Vale do São Patricio	44	Rubiataba	Wanderley Gonçalves do Carmo
2 - Oeste Goiano	45	Sanclelândia	Sinomar Ramos da Silva
3 - Norte	46	Santa Terezinha	Divino Simões da Silva
2 - Oeste Goiano	47	São Luis Montes Belos	Gleidison Joaquim Bastos
3 - Norte	48	São Miguel Araguaia	Izaías Jeronimo do Prado
5 - Vale do São Patricio	49	Uruana	Valdivino Ferreira Borges
3 - Norte	50	Uruçu	José Cláudio Prates
3 - Norte	51	Campos Verdes	Josias Fernandes da Silva
2 - Oeste Goiano	52	Turvânia	Eronildes Pedro Lima
6 - Sul e Sudeste	53	Aloândia	Abrão Benedito de Souza
6 - Sul e Sudeste	54	Piracanjuba	Silas Rodrigues de Souza
2 - Oeste Goiano	56	Palestina	Edison Filonones Alves
4 - Vale do Araguaia	57	Mundo Novo	Nathan Mariano da Silva

3 - Norte	58	Novo Planalto	Elizeu Justo da Silva
3 - Norte	60	Uirapuru	Sinair Teodoro Leite
1 - Grande Goiania	61	Campo Central	Darian Luiz Alves dos Santos
1 - Grande Goiania	62	Assem. De Deus Apascentar	Itienes Pereira de Sá
2 - Oeste Goiano	63	Firminópolis	Vagno Sebastiao F. de Miranda
6 - Sul e Sudeste	64	Vicentinópolis	Juvenil Martins Rodrigues
5 - Vale do São Patricio	65	Barro Alto	Moizes Barbosa Nascimento
5 - Vale do São Patricio	66	Nova Gloria	Joel Pedro de Souza
6 - Sul e Sudeste	67	Corumbaiba	Wellington Carlos Crispim
Estados Unidos	68	Atlanta	Walter Silva
1 - Grande Goiania	69	Catedral da Familia	Salmo Diomar da Silva
1 - Grande Goiania	70	Campo Esperança	Romeu Ivo de Almeida
2 - Oeste Goiano	71	Parauna	Claudionor Silveira dos Santos
2-oeste goiano	72	Cocalinho	Aldenor Lima de Oliveira
2 - Oeste Goiano	73	Palmeiras Central	Valerio Felipe de Oliveira
1 - Grande Goiania	74	Catedral das Missões	Jose Luiz dos Santos

ASSEMBLEIA DE DEUS – MISSÃO - CADESGO

Pastor Pres. Wellington Roberto
36 Campos (unidades)

Pastor <i>(Presidente)</i>	Cidade:	Esposa
Dimarcy Borges	Acreúna (GO).	HELENA MARIA DE SOUZA BORGES
Gabriel Nascimento Alves	Anápolis (GO)	SILAMAR APª. DA SILVA NASCIMENTO
Eduardo Pereira Valares	Aparecida de Goiânia (GO)	NEUZA ERNESTO VALADARES
Jailton Pereira Rocha	Bom Jesus de Goiás (GO)	MARIA AUXILIADORA DE MEDEIROS ROCHA
Celso Jose de Andrade	Brasília (DF)	ELLEN CRISTINA TEIXEIRA ANDRADE
Rainer Euripedes de Castro Cavalcante	Caçu (GO)	RAQUEL MAURICIO DA SILVA CAVALCANTE
Gerson Pires de Morais Filho	Catalão (GO)	VADALUCIA DE A. C. MORAIS
Elizeu Ferreira Lima	CERES (GO)	MARIETA FERREIRA AVILIA LIMA
João Antônio Barbosa	Chapadão do Céu (GO)	ABGAIL FERREIRA BARBOSA
Iranildes Cruz da Silva	Goianésia (GO)	MARIA DE LURDES LOPES DA SILVA
Joao Baitsta Atres Rosa	Goiânia (GO)	ROSIMEIRE QUEIROZ
João Pereira da Silva	Goiânia (GO) <i>Adm</i>	ANA TEREZA OLIVEIRA DA SILVA
Vilmar Alves Souza	Goiânia (GO)	MASIRLENE DA SILVA SOUZA
Wesley da Cunha	Goiânia (GO)	EDNUZIA OLIVEIRA DE AGUIAR DA CUNHA
André Custodio Moreira Junior	Goiânia (GO).	VANESSA RUBIA RIBEIRO M. MOREIRA
João Tomaz da Silva	Goiânia (GO).	LAZARA DE JESUS SILVA
Francisco de Alcântara Lima	Guapó (GO)	DILMA DE QUEIROZ LIMA
Josualdo Mendes Dreger	Itajai (GO)	MARICEIA SOUZA S. DREGER
Efrain Soares de Moura	Itumbiara (GO)	LUCIVALDA MARTINS SOARES
Cícero Gonçalves de Araújo	Jaraguá (GO)	ANA RITA OLIVEIRA CAVALCANTE DE ARAUJO
Adejair Macedo de Carvalho	Jataí (GO)	HELIELDA V. F. MACEDO
Orlando Rosa de Oliveira	Jussara (GO).	ILDA APARECCIDA DA SILVA OLIVEIRA
José Ferreira Neto	Mineiros (GO)	ZELANY LUIZA FERREIRA
Noesso Martins Pereira	Montes Claros (GO)	TEREZINHA SILVA PEREIRA
Agustinho de Paulo da Silva	Morrinhos (GO)	NEIDE ROSA F. SILVA
Miltamar Cafelista	Perolândia (GO)	LEILA LUCIA RIBEIRO CAFELISTA

JOÃO PEREIRA DA SILVA SENIOR, filho do Pastor João Pereira é possível candidato espiritual da igreja Missão.

Edimar Pereira Cabral	Piracanjuba (GO)	ZILDA ALVES DOS SANTOS
Domingos Jacinto Luz Junior	Quirinópolis (GO)	FRANCISCA BARRETO LUZ
Ermoge Pereira Costa	Rio Verde (GO)	ESMERALDA FRANCISCA DA SILVA COSTA
Suelo Silva Costa	Rio Verde (GO)	LUCIANA MARIA DE SOUZA COSTA
Wellington Carlos Almeida Rocha	Rio Verde (GO) CADESCOP PRESID	ANGELA CABRAL ROBERTO ROCHA
Josue Viana Pereira	Santa Fé de Goiás	IONE DA SILVA PEREIRA
Jeremias Marcolino da Silva	Santa Helena de Goiás (GO)	ERINEUSA GOMES DA SILVA
Jonas Alves Gomes	Santa Rita do Araguaia (GO)	MARTA HELENA DE OLIVEIRA GOMES
Sebastiao Cordeiro de Faria	São Simão (GO)	MIRIELENA DULTRA SILVA FARIA
Cleosmar de Almeida	Serranópolis (GO)	MIRIAN ROSA DE ALMEIDA

Eleições 2014 – Deputado Federal João Campos

Eleitorado: 4.329.834	Votos: 3.514.438
Apurado: 4.329.834 (100,00%)	Branco: 282.603 (8,04%)
Abstenção: 815.396 (18,83%)	Nulos: 199.075 (5,66%)
Comparecimento: 3.514.438 (81,17%)	Válidos: 3.032.760 (86,29%)

Eleição 2002 61.323 votos - 16º Lugar

Reeleição 2006 67.573 votos - 14º Lugar

Reeleição 2010 135.968 votos - 7º Lugar

Reeleição 2014 107.344 votos – 9º Lugar

AVALIAÇÕES - Classificação do Dep. João Campos em 2010	
- 1º Lugar do PSDB em ___ Cidades	- 5º Lugar do PSDB no Estado (de 6 eleitos);
- 1º Lugar da Coligação em ___ Cidades;	- 7º Lugar da Coligação no Estado;
- 1º Lugar em votos em 02 Cidades;	- 9º Lugar Geral no Estado.
- 2º Lugar da Coligação em Goiânia ;	- 9º Lugar Nacional da Bancada do PSDB. (% V.V)
- 2º Lugar do PSDB em Goiânia ;	
- 2º Lugar Geral em Goiânia ;	

Deputados Federais Eleitos pelo PSDB	2010	2014
João Campos	135.968	107.344
Dr. Waldir	40.448	274.625
Giuseppe Vecci		120.283
Célio Silveira		110.992

Alexandro Baldy		107.544
Fábio Sousa		82.204

Deputados Federais Eleitos pelo PMDB		
Daniel Vilela		179.214
Pedro Chaves		77.925

Deputado Federal Eleito pelo PSD		
Heuler Cruvinel	76.796	90.877
Thiago Peixoto	90.719	79.666

Deputada Federal Eleito pelo PDT		
Flávia Moraes	152.553	159.122

Deputado Federal Eleito pelo PR		
Magda Mofato		118.458

Deputados Federais Eleitos pelo PT		
Rubens Otoni	171.382	115.874

Deputado Federal Eleito pelo PPS		
Marcos Abrão		92.347

Deputados Federais Eleitos pelo PTB		
Jovair Arantes	147.624	92.945

Deputados Federais Eleitos pelo PP		
Roberto Balestra	97.427	85.534

Deputado Federal Eleito pelo SOLIDARIEDADE		
Lucas Vergílio		78.387

Deputados Federais - Classificação por votos em Goiânia

Eleitos em 2006	Partido	Votos em <u>Goiânia- 2006</u>	Eleitos/Não Eleitos em 2010	Partido	Votos em <u>Goiânia- 2010</u>
1º Dona Íris	PMDB	92.796	1º Dona Íris	PMDB	81.587 (13.09%)
2º Ronaldo Caiado	PFL	34.482	2º João Campos *	PSDB	56.938 (9.13%)
3º Pedro Wilson	PT	33.824	3º Ronaldo Caiado	DEM	44.540 (7.14%)
4º Sandes Júnior	PP	32.545	4º Sandes Júnior	PP	30.502 (4.89%)
5º João Campos	PSDB	28.203	5º Delegado Waldir	PSDB	30.189 (4.84%)
6º Raquel Teixeira	PSDB	24.133	6º Marina Santana	PT	25.771 (4.13%)
7º Leonardo Vilela	PSDB	15.522	7º Armando Vergilio	PMN	23.551 (3.78%)
8º Sandro Mabel	PL	15.365	8º Flávia Moraes	PDT	19.609 (3.15%)
9º Bittencourt	PMDB	13.785	9º Tatiana Lemos	PDT	19.337 (3.10%)
10º Jovair Arantes	PTB	13.509	10º Valdivino de Oliv.	PSDB	19.048 (3.06%)
11º Roberto Balestra	PP	9.757	11º Jovair Arantes	PTB	18.195 (2.69%)
12º Carlos Leréia	PSDB	7.807	12º Pr. Jorge Pinheiro	PRB	16.784 (2.69%)
13º Rubens Otoni	PT	7.590	13º Sandro Mabel	PR	16.043 (2.57%)
14º Leandro Vilela	PMDB	6.470	14º Thiago Peixoto	PMDB	14.901 (2.39%)
15º Tático	PTB	4.980	15º Vilmar Rocha	DEM	14.640 (2.35%)
16º Pedro Chaves	PMDB	2.572	16º Rubens Otoni	PT	14.640 (2.35%)
17º Marcelo Melo	PMDB	2.145	17º Samuel Almeida *	PSDB	12.066 (1.94%)
			18º Leonardo Vilela	PSDB	11.885 (1.91%)

19º Cap. Wayne	PHS	11.831	(1.90%)
20º Carlos A. Leireia	PSDB	9.090	(1.46%)
21º Roberto Balestra	PP	8.161	(1.31%)
22º Waldemir Soares	PSL	7.711	(1.24%)
23º Leandro Vilela	PMDB	7.371	(1.18%)
24º Pedro Chaves	PMDB	4.925	(0.79%)
25º Mattos *	PP	4.646	(0.76%)
26º Alencar	PSDB	4.537	(0.73%)
27º Heuler Cruvinel	DEM	4.133	(0,66%)

Deputados Federais - Classificação dos Eleitos no Estado.

Eleitos	Partido	Votos no Estado - 2006	Eleitos	Partido	Votos no Estado - 2010
1ª Dona Iris	PMDB	201.229 (7,10%)	1º Dona Íris	PMDB	185.934 (6,44%)
2º Ronaldo Caiado	PFL	152.895 (5,39%)	2º Rubens Otoni	PT	171.382 (5,94%)
3º Sandro Mabel	PL	108.629 (3,83%)	3º Ronaldo Caiado	DEM	167.591 (5,81%)
4º Leandro Vilela	PMDB	107.554 (3,79%)	4º Flávia Moraes	PDT	152.553 (5,28%)
5º Jovair Arantes	PTB	105.219 (3,71%)	5º Sandro Mabel	PR	148.687 (5,15%)
6º Roberto Balestra	PP	102.129 (3,60%)	6º Jovair Arantes	PTB	147.624 (5,11%)
7º Pedro Chaves	PMDB	94.414 (3,33%)	7º João Campos *	PSDB	135.968 (4,71%)
8º Sandes Júnior	PP	93.168 (3,29%)	8º Armando Vergilio	PMN	103.231 (3,58%)
9º Leonardo Vilela	PSDB	91.891 (3,24%)	9º Leandro Vilela	PMDB	102.435 (3,55%)
10º Rubens Otoni	PT	87.258 (3,08%)	10º Carlos A. Leireia	PSDB	98.427 (3,41%)
11º Tatico	PTB	84.633 (2,98%)	11º Roberto Balestra	PP	97.427 (3,37%)
12º Raquel Teixeira	PSDB	83.398 (2,94%)	12º Pedro Chaves	PMDB	94.318 (3,27%)
13º Bittencourt	PMDB	71.322 (2,52%)	13º Leonardo Vilela	PSDB	91.924 (3,18%)

14º João Campos	PSDB	67.573 (2,38%)	14º Thiago Peixoto	PMDB	90.719	(3,14%)
15º Carlos Leréia	PSDB	66.770 (2,35%)	15º Sandes Júnior	PP	89.230	(3,09%)
16º Marcelo Melo	PMDB	59.501 (2,10%)	16º Vilmar Rocha	DEM	85.773	(2,97%)
17º Pedro Wilson	PT	49.949 (1,76%)	17º Heuler Cruvinel	DEM	76.796	(2,66%)

*** Evangélicos**

Deputados Estaduais – Classificação no Estado e em Goiânia

Eleitos	Partido	Votos no Estado 2006	Votos no Estado 2010	Eleitos - Votos em Goiânia	Partido	Votos em Goiânia 2010
1º Helder Valin	PSDB	34.179	49.120 (1,65%)	1º Samuel Belchior	PMDB	23.340
2º Jânio Darrot	PSDB		46.004 (1,55%)	2º Francisco Junior	PMDB	19.103
3º Samuel Belchior	PMDB	29.819	43.324 (1,46%)	3º Bruno Peixoto	PMDB	19.097
4º Paulo Cesar Martins	PMDB	26.947	42.747 (1,44%)	4º Fábio Sousa	PSDB	17.838
5º Fabio Sousa *	PSDB	28.872	37.132 (1,25%)	5º Waguinho	PMDB	14.910
6º Cristóvão	PTB	20.905	36.474 (1,23%)	6º Humberto Aidar	PT	14.120
7º Daniel Vilela	PMDB		36.382 (1,22%)	7º Major Araujo	PRB	13.373
8º Profª Sônia Chaves	PSDB		35.486 (1,19%)	8º Elias Junior	PHS	12.548
9º Bruno Peixoto	PMDB		35.424 (1,19%)	9º Túlio Isac	PSDB	11.173
10º Jose Vitti	PRTB		35.095 (1,18%)	10º Isaura Lemos	PDT	10.312
11º Jardel Sebba	PSDB	34.718	34.906 (1,17%)	11º Helder Valin	PSDB	10.287
12º Major Araujo *	PRB		33.092 (1,11%)	12º Luiz Cesar Bueno	PMDB	9.573
13º Henrique Arantes	PTB		32.424 (1,09%)	13º Daniel Messac	PSDB	9.249
14º Dr. Helio	DEM	22.863	31.733 (1,07%)	14º Henrique Arantes	PTB	9.083
15º Francisco Jr	PMDB		30.030 (1,01%)	15º Luiz C. Carmo	PMDB	7.780
16º Lincoln Tejeta	PT DO B		29.822 (1,00%)	16º Misael Oliveira	PDT	7.672

17º Evandro Magal	PP		29.698 (1,00%)	17º Daniel Vilela	PMDB	7.036
18º Waguinho	PMDB		29.508 (0,99%)	18º José Vitti	PRTB	6.919
19º Humberto Aidar	PT	20.181	29.499 (0,99%)	19º Mauro Rubem	PT	6.609
20º Túlio Isac *	PSDB	33.227	28.534 (0,96%)	20º Lincoln Tejota	PTdoB	5.578
21º Nelio Fortunato	PMDB		28.290 (0,95%)	21º Janio Darrot	PSDB	5.382
22º Ademir Menezes	PP		27.585 (0,93%)	22º Dr. Helio	DEM	4.998
23º Luiz Carlos Carmo *	PMDB	24.961	27.575 (0,93%)	23º Nélio Fortunato	PMDB	4.736
24º Nilo Resende	DEM	27.087	27.181 (0,91%)	24º Dr. Joaquim	PPS	4.700
25º Álvaro Guimarães	PR	18.646	27.074 (0,91%)	25º Frederico Nascim	PTN	4.204
26º Iso Moreira	PSDB	29.799	25.566 (0,86%)	26º Evandro Magal	PP	3.794
27º Daniel Messac *	PSDB		24.813 (0,83%)	27º Ademir Menezes	PP	3.717
28º Dr. Joaquim	PPS		24.516 (0,82%)	28º Paulo Cesar Martins	PMDB	3.497
29º Hildo Do Candango	PTB		24.269 (0,82%)	29º Jardel Sebba	PSDB	2.296
30º Valcenor Braz	PTB		23.803 (0,80%)	30º Isso Moreira	PSDB	2.284
31º Luis Cesar Bueno	PT	12.574	23.355 (0,78%)	31º Gedda	PTN	2.276
32º Isaura Lemos	PDT	15.335	21.564 (0,72%)	32º Nilo Rezende	DEM	2.211
33º Misae Oliveira *	PDT	20.226	19.973 (0,67%)	33º Valim	PTdoB	1.052
34º Valim	PT DO B		19.525 (0,66%)	34º Álvaro Guimaraes	PR	849
35º Mauro Rubem	PT	11.544	17.719 (0,60%)	35º Karlos Cabral	PT	363
36º Carlos Antonio	PDT		17.392 (0,58%)	36º Profª. Sonia Chaves	PSDB	311
37º Jose De Lima	PDT		17.199 (0,58%)	37º Cristovão	PTB	309
38º Frederico Nascimento	PTN		15.538 (0,52%)	38º Valcenor Braz	PTB	274
39º Elias Júnior	PHS		14.799 (0,50%)	39º José de Lima	PDT	146
40º Gedda	PTN		14.730 (0,50%)	40º Carlos Antonio	PDT	122
41º Karlos Cabral	PT		14.427 (0,48%)	41º Hildo do Candango	PTB	86

* **Evangélicos.**

Classificação de Votos - Candidatos Evangélicos e da Segurança Pública.			
Candidatos Evangélicos		Votos no Estado	Votos em Goiânia
João Campos	PSDB	135.968	56.938
Pr. Jorge Pinheiro	PRB	48.510	16.784
Samuel Almeida	PSDB	32.261	12.066
Mattos Nascimento	PP	25.185	4.646

Candidatos Seg. S.Pública		Votos no Estado	Votos em Goiânia
Delegado Waldir	PSDB	40.448	30.186
Capitão Wayne	PSDB	33.403	11.831
Soldado Teles	PHS	2.808	298
Subtenente J. Ricardo	PSC	2.290	1.098
Cabo Elvidio	PHS	2.148	265
Sargento Ricardo	PMDB	1.369	435
Major Ricardo	PRB	758	276
Soldado Cesar	PSL	463	396

Questionário realizado aos Parlamentares/Pastores com as perguntas relacionadas a relações sobre Igreja e Sociedade, Igreja e Política, Relações de gênero; Frente Parlamentar Evangélica; Parlamentares e liderança eclesial.

GRUPO I – PERGUNTAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE IGREJA E SOCIEDADE; IGREJA E POLÍTICA.

ENTREVISTADO: João Campos (Deputado Federal – (PSDB) – __/__/2015

1. Deputado/Pastor: É possível dizer que em Goiás, Religião e Política falam a mesma 'linguagem' ?
2. Deputado/Pastor: Em síntese, em que você atribui a mudança do "éthos" dos pentecostais clássicos em relação a postura política partidária?
3. Deputado/Pastor: Como você considera as verbas liberadas para eventos em igrejas evangélicas como Congressos, compras de terrenos e etc ?
4. Deputado/Pastor: Qual é o papel da igreja (candidatos evangélicos) quando inserida no sistema político ?
5. Deputado/Pastor: Em geral, o que te a dizer em relação ao comportamento (*moral; legitimidade política; comprometimento cidadão*) dos parlamentares assembleianos na política goiana?
6. Deputado/Pastor: Têm os parlamentares assembleianos um projeto político ou agem em conformidade as orientações de seus respectivos pastores presidentes?
7. Deputado/Pastor: Qual a contribuição dos parlamentares à igreja que o efetivou na política?
8. Deputado/Pastor: Os membros da igreja lhe procuram cientes de seus direitos como cidadãos ou apenas por se tratar de alguém da mesma igreja que você?
9. Deputado/Pastor: De que forma você incentiva os membros da sua igreja a participarem ativamente na sociedade?

10. Deputado/Pastor: Os interesses dos eleitores assembleianos no espaço político se aproximam dos interesses públicos ou são essencialmente por conveniência?
 11. Deputado/Pastor: É possível converter o 'capital religioso' em 'capital político'?
 12. Deputado/Pastor: Numa situação decisiva de votação de projetos ou decisões de caráter político, qual o fator principal que o leva a tomar decisões?
 13. Deputado/Pastor: Qual a maior contribuição ativa da inserção das igrejas assembleias de Deus no campo político goiano?
 14. Deputado/Pastor: Como você poderia expressar, em síntese, a força decisória da igreja Assembleia de Deus na política no estado de Goiás?
 15. Deputado/Pastor: Existe influência direta dos pastores assembleianos nas decisões dos parlamentares em relações específicas como: verbas para eventos, compras de terrenos, construções, influencia partidária e etc?
-

GRUPO II – RELAÇÕES DE GÊNERO; FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA; PARLAMENTARES E LIDERANÇA ECLESIAÍSTICA.

1. Deputado/Pastor: Você concorda que com a afirmação de que você se tornou um referencial na política em Goiás, e no Brasil devido o incentivo da Assembleia de Deus?
2. Deputado/Pastor: É possível afirmar o por quê dos candidatos escolhidos pela convenção CONEMAD em sua maioria serem homens?
3. Deputado/Pastor: Se estamos no país paico, falar em FPE ou qualquer outra frente de trabalho político pode ser considerado uma violência simbólica?
4. Deputado/Pastor: O que você me diz da seguinte afirmação:
``A Assembleia de Deus na política brasileira, e especificamente em Goiás, pode ser considerado o 4º Poder (Legislativo, Executivo, Judiciário e *Religioso*``
5. Deputado/Pastor: Existem parlamentares evangélicos que estão nas igrejas por mero jogo de interesse? E acredita que alguns líderes eclesiásticos, as vezes, reforçam tais práticas?
6. Deputado/Pastor: Qual o peso das ADs goiana na bancada evangélica da Assembleia Legislativa em Brasília?
7. Deputado/Pastor: Quais são os parlamentares goianos de destaque na FPE?

Prioridade pessoal na entrevista

- a) Questionário respondido
- b) Contatos e entrevistas marcadas com outros parlamentares goianos